



Seção II

ANO XXX — Nº 80

TERÇA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 1975

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 93ª SESSÃO, EM 4 DE AGOSTO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 143/75 (nº 223/75, na origem), de agradecimento de comunicação referente ao veto presidencial apostado ao Projeto de Lei nº 1/75-CN; à escolha do Desembargador Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal; e acusando o recebimento de autógrafa do Decreto Legislativo nº 58, de 1975.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à leitura de mensagens presidenciais.

— Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 28/75, de autoria do Sr. Senador José Esteves, que altera a redação do art. 67, caput da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), por haver recebido parecer contrário, quanto ao mérito, das comissões a que foi distribuído.

1.2.3 — Offícios

— Do Presidente da Câmara dos Deputados, referente à concordância do Senado Federal em realizar sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o transcurso do centenário de nascimento de Arthur da Silva Bernardes.

— Da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, propondo, em lista tríplice, a indicação de seu representante na Delegação Brasileira à 62ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Londres, de 4 a 12 de setembro próximo.

— Do Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-americano, comunicando a eleição e composição da Comissão Diretora que dirigirá os trabalhos do Grupo na 8ª Legislatura.

1.2.4 — Comunicação da Liderança da ARENA no Senado

Indicação de Senador para completar a composição da Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem nº 45/75-CN.

1.2.5 — Requerimentos

— Nº 306/75, de autoria do Sr. Senador Henrique de La Rocque, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 77/75, de autoria de S. Exª, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências.

— Nº 307/75, subscrito pelo Sr. Senador Petrônio Portella, de transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Presidente Geisel em 1º de agosto de 1975.

— Nº 308/75, de autoria do Sr. Senador Fausto Castelo Branco, de transcrição, nos Anais do Senado, do pronunciamento do General Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do II Exército, feito na aula inaugural do 17º Ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (ADESG), publicado no *Jornal do Brasil* de 19 de julho último.

— Nºs 309 a 318/75, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, de transcrição, nos Anais do Senado, das seguintes matérias, respectivamente: Mensagem do Presidente Ernesto Geisel, transmitida através do Ministro Armando Falcão, à Assembleia do Estado do Rio de Janeiro; Mensagem do Presidente Ernesto Geisel, anunciando as medidas tomadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico para atender aos prejuízos sócio-econômicos das regiões afetadas pelos recentes distúrbios climáticos; "Ordem do Dia" do Ministro da Marinha, de homenagem aos marinheiros mortos na II Guerra Mundial; Discurso do Presidente Ernesto Geisel por ocasião da visita oficial de S. Exª ao Governo do Estado do Rio de Janeiro; Discurso do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Almirante Faria Lima, na ocasião da visita oficial do Presidente Geisel àquele Governo; Pronunciamento do Presidente Geisel quando da sanção da lei que cria a Indústria de Material Bélico do Brasil; Pronunciamento do Presidente Geisel quando da sanção da lei que cria a PORTOBRÁS; "Ordem do Dia" do Ministro Antônio Jorge Correia, alusiva ao 29º aniversário de criação do Estado-Maior das Forças Armadas — EMFA; Editorial de autoria do jornalista Roberto Marinho, sob o título *Meio Século*, publicado em *O Globo* de 28 de julho último; e discursos do Ministro Prado Kelly e do jornalista Roberto Marinho pronunciados por ocasião das homenagens prestadas ao cinquentenário de *O Globo*.

— Nº 319/75, assinado pelo Sr. Mauro Benevides e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado Federal de homenagem ao ex-Congressista e ex-Ministro de Estado, Marechal Juarez do Nascimento Fernandes Távora.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Breves comentários em torno do discurso do Presidente Geisel proferido a 1º de agosto. Relatório do General Annibal Gurgel do Amaral referente aos danos causados pelas enchentes nos Estados de Alagoas e de Sergipe e as providências adotadas pelo Presidente da República a fim de reduzir os prejuízos causados pela catástrofe.

SENADOR ROBERTO SATURNINO — Análise que será feita por membros do MDB do discurso do Senhor Presidente da República pronunciado dia 1º de agosto último. Considerações sobre tópicos da fala presidencial, na parte referente à infiltração comunista em vários setores da vida nacional e, particularmente,

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem 3 500 exemplares

na vida político-partidária; distensão social e distensão política; e defesa dos valores morais e espirituais da Nação.

SENADOR PETRÔNIO PORTELLA, como Líder — Considerações sobre o discurso do Senador Roberto Saturnino.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 82/74 (nº 1.463-B/73, na origem), que institui a “anotação de responsabilidade técnica” na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agromonia, e dá outras providências. **Discussão sobrestada**, por falta de **quorum** para votação do Requerimento nº 320/75, de adiamento da discussão da matéria a fim de ser feita na sessão de 3 de setembro próximo.

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Inexistência de **quorum** para apreciação do Requerimento nº 319, lido no Expediente.

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR MARCOS FREIRE — Considerações sobre o quadro calamitoso que se abateu sobre Recife atingida por fortes enchentes. Necessidade da solução definitiva do problema das enchentes periódicas de Recife.

SENADOR JOSÉ LINDOSO — Manifestação de pesar pelo falecimento do Prof. Agnelo Bittencourt.

SENADOR LEITE CHAVES — O fenômeno das geadas e suas consequências para a economia do Estado do Paraná. Liberação pelo Governo Federal do seguro do PROAGRO para que os lavradores possam iniciar o plantio do soja.

SENADOR JOSÉ SARNEY — Angústias e apreensões que afligem o povo brasileiro, face os últimos acontecimentos políticos em Portugal.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas de 1º a 30 de junho de 1975. (Replicação.)

3 — ATAS DAS COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 93ª SESSÃO, EM 4 DE AGOSTO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO E WILSON GONÇALVES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Alveir Leal — Evandro Carreira — José Lindoso — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Eurico Rezende — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Lázaro Barboza — Itálio Coelho — Mendes Canale — Leite Chaves — Lenoir Vargas — Otair Becker — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá a leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 143/75 (nº 223/75, na origem), de 30 de julho último, de agradecimento de comunicação referente ao veto presidencial ao Projeto de Lei nº 01, de 1975-CN, à escolha do Desembargador Car-

los Fulgêncio da Cunha Peixoto, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal e acusando o recebimento de autógrafa do Decreto Legislativo nº 58, de 1975.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Através das Mensagens nºs 50 e 52-CN, o Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional os textos dos Decretos-leis nºs 1.405 e 1.406, respectivamente.

Com vistas à leitura das matérias, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência comunica que, nos termos do artigo 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1975, de autoria do Senhor Senador José Esteves, que altera a redação do art. 67 caput da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, das comissões a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Durante o recesso parlamentar de julho, o Senhor Senador João Calmon encaminhou a esta Presidência, na forma regimental, comunicação de que se ausentaria do País no período de 7 a 14 daquele mês.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, ofício do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

GP-O — 522

A Sua Excelência o Senhor
Senador Magalhães Pinto
Presidente do Senado Federal

Brasília, 1º de agosto de 1975

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o nobre Deputado Aécio Cunha dirigiu ofício a esta Presidência, solicitando a realização de uma sessão solene do Congresso Nacional, ouvido o Senado Federal, destinada a comemorar o transcurso do centenário do nascimento do eminente brasileiro Arthur da Silva Bernardes.

A respeito do assunto, a Câmara dos Deputados deferiu requerimento do nobre Deputado Nogueira de Rezende, para a realização de uma sessão solene com o mesmo objetivo.

Nesta oportunidade, esclareço a Vossa Excelência que esta Presidência nada tem a opor à realização da sessão do Congresso Nacional.

Consulto a Vossa Excelência se concorda com a mesma.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — Deputado Célio Borja, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com o expediente que acaba de ser lido, a Presidência convoca sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no próximo dia 7, às 15 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o transcurso do nascimento do emérito brasileiro Presidente Arthur da Silva Bernardes.

Na oportunidade, designo para falar, em nome do Senado Federal, o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

Brasília, 09 de julho de 1975

A Sua Excelência o Senhor
Senador Magalhães Pinto
Digníssimo Presidente do Senado Federal

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal,

Respondendo pela liderança do MDB, de acordo com o Líder do Partido, Senador Franco Montoro, tenho o prazer de dirigir-me a

Vossa Excelência a fim de apresentar a lista triplíce de nomes de integrantes do Movimento Democrático Brasileiro para preenchimento de 1 (uma) vaga na Delegação Brasileira à 62ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Londres, de 4 a 12 de setembro próximo.

São os seguintes Senhores Senadores:

Mauro Benevides — Franco Montoro — Itamar Franco.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e distinta consideração. — Senador Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com o expediente que acaba de ser lido e não havendo objeção do Plenário, designo o Sr. Senador Mauro Benevides para comparecer àquela conferência. (Pausa.)

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PARLAMENTO LATINO-AMERICANO GRUPO BRASILEIRO

Ofício nº 4/75

Brasília, 16 de junho de 1975.

Ao Excelentíssimo Senhor Senador Magalhães Pinto
DD. Presidente do Senado Federal. —

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em reunião da Comissão Executiva realizada em 30 de abril de 1975, foi eleita a Comissão Diretora que dirigirá os trabalhos do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, na 8ª. Legislatura, composta dos seguintes membros:

Deputado Geraldo Guedes — Presidente;

Senador Nelson Carneiro — 1º-Vice-Presidente;

Senador Renato Franco — 2º-Vice-Presidente;

Deputado Nadir Rossetti — 1º-Secretário;

Deputado Francisco Rollemberg — 2º-Secretário; e

Deputado Homero Santos — Tesoureiro.

Para alcançar os objetivos estabelecidos pelo Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, não podemos, no entanto, prescindir do valioso apoio de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de alta estima e consideração. — Deputado Geraldo Guedes, Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O expediente que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

Do Líder da ARENA

Ao Excelentíssimo Senhor

Senador Magalhães Pinto

DD. Presidente do Senado Federal

Em 4 de agosto de 1975.

Senhor Presidente:

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança indica, para completar a composição da Comissão Mista do Congresso Nacional, que dará parecer sobre a Mensagem nº 45, de 1975 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.402, de 23 de maio de 1975, que "altera a redação do artigo nº 4 do Decreto-lei nº 1.083, de 6 de fevereiro de 1970, que dispõe acerca do Imposto sobre Minerais" em vaga ocorrida na representação da ARENA, o Senhor Senador Paulo Guerra.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Petrônio Portella**, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Ofício do Senador Petrônio Portella, Líder da ARENA, que acaba de ser lido, é deferido pela Presidência.

Em consequência o Sr. Senador Paulo Guerra passa a integrar a Comissão Mista que dará parecer sobre a Mensagem nº 45/75 — CN.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 306, de 1975

Nos termos do art. 280 do Regimento Interno, requero a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 77/75, de minha autoria, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências.

A retirada se justifica uma vez que a matéria encontra-se *sub judice* do Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975 — **Henrique de La Rocque**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O requerimento lido será publicado e incluído na Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 279, II, letra c do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento sobre transcrição de matérias nos Anais do Senado Federal, que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 307, de 1975

Nos termos do art. 234 do Regimento Interno, requero a transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel, em 1º de agosto de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. — **Petrônio Portella**.

REQUERIMENTO Nº 308, de 1975

Senhor Presidente,

De conformidade com o disposto no art. 234, item 2, do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento do General Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do II Exército, feito na aula inaugural do 17º Ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (ADESG), publicado no **Jornal do Brasil**, no dia dezoito de julho de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. — **Fausto Castelo Branco**.

REQUERIMENTO Nº 309, de 1975

Senhor Presidente,

Requero, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, transmitida através do Senhor Ministro Armando Falcão, por ocasião da promulgação da Constituição do novo Estado do Rio de Janeiro, e publicada no **Jornal do Brasil**, em 24 de julho de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. — **Vasconcelos Torres**.

REQUERIMENTO Nº 310, de 1975

Senhor Presidente,

Requero, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel, anunciando as medidas tomadas em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, para atender aos pre-

juízos sócio-econômicos das regiões afetadas pelos recentes distúrbios climáticos, e publicada no **Jornal do Brasil**, em 24 de julho de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. **Vasconcelos Torres**.

REQUERIMENTO Nº 311, de 1975

Senhor Presidente,

Requero, na forma regimental, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia baixada pelo Ministério da Marinha, reverenciando os marinheiros mortos durante o Segundo Conflito Mundial, e publicada no **Jornal do Brasil**, em 20 de julho de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. **Vasconcelos Torres**.

REQUERIMENTO Nº 312, de 1975

Senhor Presidente,

Requero, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, pronunciado por ocasião de sua visita oficial ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, e publicado no **Jornal do Brasil**, em 10 de julho de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. **Vasconcelos Torres**.

REQUERIMENTO Nº 313, DE 1975

Senhor Presidente,

Requero, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Almirante Faria Lima, na ocasião da visita oficial de sua Excelência o Presidente Ernesto Geisel ao Governo do Estado, e publicado no **Jornal do Brasil** em 10 de julho de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. — **Vasconcelos Torres**.

REQUERIMENTO Nº 314, DE 1975

Senhor Presidente,

Requero, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, por ocasião da sanção da Lei que cria a Indústria de Material Bélico do Brasil, e publicado no **jornal Última Hora** em 14 de julho de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. — **Vasconcelos Torres**.

REQUERIMENTO Nº 315, DE 1975

Senhor Presidente,

Requero, na forma regimental, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, feito por ocasião da sanção da lei que cria a Empresa de Portos do Brasil S/A — PORTOBRÁS, e publicado no **jornal O Dia**.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. — **Vasconcelos Torres**.

REQUERIMENTO Nº 316, DE 1975

Senhor Presidente,

Requero, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Jorge Correia, lida durante as solenidades de comemoração do 29º aniversário de criação do Estado Maior das Forças Armadas — EMFA, e publicada no **Jornal do Brasil** em 25 de julho do corrente.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. — **Vasconcelos Torres**.

REQUERIMENTO Nº 317, DE 1975

Senhor Presidente,

Requero, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, de editorial "Meio Século", do Jornalista Roberto Marinho, publicado no **jornal O Globo** em 28 de julho de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. — **Vasconcelos Torres**.

REQUERIMENTO Nº 318, DE 1975

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos do Senhor Ministro Prado Kelly e do Jornalista Roberto Marinho, pronunciados por ocasião do jantar oferecido em homenagem ao cinqüentenário de fundação do jornal **O Globo**, e publicado no mesmo jornal em 26 de julho de 1975.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. — **Vasconcelos Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos lidos serão submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 319, DE 1975

Os Senadores infra-assinados, com arrimo no art. 122 do Regimento Interno da Casa, requerem a V. Exª a realização de Sessão Especial em homenagem ao ex-Congressista e ex-Ministro de Estado, Marechal Juarez do Nascimento Fernandes Távora, vulto exponencial da vida pública brasileira, falecido no dia 18 de julho passado.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975. — **Mauro Benevides — Lázaro Barboza — Luiz Cavalcante — Leite Chaves — Lourival Baptista — Otair Becker — Alexandre Costa — Magalhães Pinto**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com o art. 279, I, do Regimento Interno, esse requerimento será objeto de deliberação após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de abordar o assunto que determinou a minha vinda à tribuna, desejo fazer, mesmo que sucintamente, alguns comentários sobre o pronunciamento da última sexta-feira, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Importante pelo seu conteúdo e oportuno por se ter feito ouvir no momento em que se começava a detectar uma certa e às vezes até deliberada confusão na interpretação das intenções presidenciais, a fala do Presidente Ernesto Geisel sou como uma verdadeira exortação ao realismo dos nossos políticos.

Há no discurso de sexta-feira uma perfeita sincronia com os pronunciamentos anteriores do eminente Presidente. Poderíamos apenas dizer que Sua Excelência, seguramente, intencionalmente, foi desta vez mais claro no enunciado do seu pensamento, para que, à falta dessa clareza, ninguém enverede por caminhos errados ou equívocos.

A palavra do Chefe da Nação está aí, límpida, cristalina, sem entrelinhas, exposta com a sinceridade e a responsabilidade de quem tem o comando do País e o domínio das informações sobre o que se passa dentro e fora das nossas fronteiras.

Para os que desejam seguir o Presidente nos seus elevados propósitos, apoiando a sua política, que é a política da Revolução, o roteiro foi traçado sem que se deixasse encoberto qualquer caminho. O Presidente reafirmou o compromisso de promover, ao lado do desenvolvimento econômico e social, o desenvolvimento político, dentro da compreensão de que um setor não deve avançar às custas da estagnação do outro.

Nem recuos nem avanços precipitados, mas a caminhada segura e realista, é o que nos aconselha o Presidente. E tem razão Sua Excelência quando condena a distensão apenas política e preconiza, ao contrário, a distensão também social. Está claro que jamais alcançaremos a estabilidade política se, primeiro, ou paralelamente, não eliminarmos a tensão social, segura geradora das tensões políticas.

Ao encerrar a sua oração afirmou "que não admite, sob quaisquer disfarces, pressões de facções ou grupos de interesses visando, artificialmente, a queimar etapas no processo de desenvolvimento político — que se requer, ao contrário, lento, meditado e progressivo para que seja seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo".

Congratulo-me, pois, com o Presidente Geisel pelo pronunciamento da última sexta-feira, o qual acho que foi oportuno e necessário.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Com muito prazer eminente Líder, Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Quero congratular-me com V. Exª pelo discurso que faz exaltando o último pronunciamento público do eminente Presidente Ernesto Geisel. Realmente, trata-se de documento da mais alta importância, equivale a uma fala a respeito da Nação, corresponde a uma segunda Mensagem Presidencial este ano, porque Sua Excelência o Senhor Presidente enfocou todos os ângulos de todos os setores da problemática nacional. Quando Sua Excelência abordou o tema político, fê-lo não de maneira isolada, numa conceituação escoteira, solitária, mas colocou o chamado mecanismo da distensão em consonância com outros mecanismos; isso porque o compromisso revolucionário é com o progresso integrado, tanto sob o ponto de vista econômico e social como sob o ponto de vista humanístico. Naturalmente, se, àquela altura, fosse possível ao Presidente da República anunciar a restauração ao estado de direito, Sua Excelência o teria feito com a mesma firmeza e o mesmo dinamismo com que proclamou a sua inoportunidade na época que passa. O Presidente da República está no vértice da pirâmide, compenetrado dos seus deveres, preparando as condições nacionais para a restauração do regime democrático, e não serão os ponteiros dos relógios da imprudência que irão exercitar pressões em sentido contrário. Sua Excelência é o juiz da oportunidade e, na oportunidade devida, saberá implantar, neste País, um regime democrático, não com aquelas linhas clássicas que não lhe proporcionavam um sistema de autodefesa, mas com as linhas realistas para que venha um estado de direito que dure, em benefício do País. Daí por que depositei, no discurso de V. Exª, a sinceridade do meu apoio e da minha solidariedade.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Sou muito grato a V. Exª, eminente Líder Eurico Rezende, por este aparte que em muito enriquece o meu pronunciamento e pelas considerações que teceu a respeito do discurso proferido pelo eminente Presidente Ernesto Geisel, na última sexta-feira. Bem disse Sua Excelência, no final do seu discurso, "que não admite, sob quaisquer disfarces, pressões de facções ou grupos de interesses, visando, artificialmente, a queimar etapas no processo de desenvolvimento político — que se requer, ao contrário, lento, meditado e progressivo para que seja seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo".

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Com prazer, eminente Senador Vasconcelos Torres.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — A minha intervenção será diferente da anterior, que foi ideológica; a minha será uma observação a respeito da capacidade comunicativa do Presidente Geisel, através da televisão. Não sendo um homem habituado ao vídeo, — e V. Exª sabe que nos estúdios da televisão, em seus bastidores, ensaia-se muita coisa — apesar disso o Presidente Geisel vai assim ao natural, num programa ao vivo, sabendo transmitir a sua mensagem, a sua idéia. Lendo o pronunciamento com impecável correção, sem engasgar um só minuto, sem se atropelar, mesmo na parte mais árida da sua fala, quando se referia justamente a estatística, Sua Excelência

cia se transformou. Esta é a opinião de um homem roceiro como eu, que numa estrada, numa parada da rodovia federal BR-101, ouviu o Chefe de Estado fazer o seu pronunciamento com aquela naturalidade. Eu gostaria de dar um depoimento, aqui, ao eminente orador — Todo mundo pensa que o General vai ler o seu discurso com os óculos; a primeira coisa que o General faz é tirar os óculos. Sua Excelência não está fazendo nenhum "tipo", como se diz na linguagem televisada; aquilo é natural. E devo dizer a V. Exª: como tal gesto comunica! Então, com aqueles cabelos brancos — que ontem ainda ganharam mais uns fios, porque foi o aniversário de Sua Excelência — ele é um homem que entra nos lares, falando uma linguagem franca, sem subterfúgios. Quanto à análise — vamos dizer a verdade — V. Exª sabe que qualquer pronunciamento de um Presidente da República é sempre exaltado pela classe política. Quando Jango falava, o Senado vinha abaixo, de elogios; a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas. É aquele "puxa-saquismo" parlamentar que não muda nunca. Mas nenhum Chefe de Estado teve esse poder de comunicação, nem Juscelino mesmo, a não ser — faço uma ressalva — o Presidente Getúlio Vargas, que com aquele "Trabalhadores do Brasil!" já dava a sua comunicação inicial. Mas o Presidente Geisel, como homem de televisão — não é o político, não é o arenista quem o diz; é o telespectador — nas horas difíceis do País, ao ocupar o microfone, dizendo a verdade como disse e como tem dito, como se comunica! E "quem não se comunica", como dizia aquele grande artista da televisão, Abelardo Barbosa, "se estrumbica". Perdoe-se este homem, que vive no seio da massa, utiliza este fraseado, essa linguagem assim popular; é simplesmente para caracterizar como o Presidente Geisel soube dizer, soube falar, sem usar meias palavras; o importante — V. Exª salientou no início do seu discurso — é dizer a verdade. E ninguém tem sabido dizer mais a verdade neste País do que o Presidente Ernesto Geisel.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) — Sou muito grato a V. Exª, nobre Senador Vasconcelos Torres, por esse aparte que muito vem honrar o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O recesso parlamentar que ora finda foi, infelizmente, caracterizado por uma série de calamidades que se abateram sobre o Sul, Centro e Nordeste do País, acarretando grandes danos materiais e fazendo vítimas, sobretudo no Estado de Pernambuco.

No Rio tivemos o lastimável desastre ferroviário com a perda de vidas e muitos feridos. As geadas e a neve fizeram perder-se a produção agrícola, e atingiram a pecuária no Sul do Brasil, em Minas e Mato Grosso. No Nordeste, torrenciais chuvas provocaram enchentes em vários Estados. Alagoas, Sergipe e, especialmente, Pernambuco foram os que mais sofreram. Neste último, tivemos a maior calamidade, com mais de cem mortes, enquanto em Sergipe e Alagoas houve consideráveis prejuízos materiais, principalmente na agricultura.

A imprensa brasileira noticiou, amplamente, toda essa série de calamidades. Necessário se torna, no entanto, fazer, desta Tribuna, rápido relatório sobre as ocorrências no meu Estado, onde os prejuízos foram enormes e vários milhares de pessoas ficaram desabrigadas, em decorrência da total destruição de suas moradias. São todas elas pessoas de baixo nível de renda, que não dispõem de recursos próprios para a reconstrução de seus lares, impondo-se, para isso, bem coordenada ação dos governos do Estado e Federal.

Felizmente, Sr. Presidente, o Governador José Rollemberg Leite, tão logo as chuvas se abateram sobre o meu Estado, adotou com presteza todas as providências necessárias à redução dos danos, ao socorro imediato às populações necessitadas, medidas de natureza profilática e, também, o levantamento dos prejuízos acarretados. Para isso, contou com a eficiente colaboração dos órgãos federais sediados no Estado, os Ministros de Estado colocando-se em campo para a mais pronta, ampla e eficiente ação de socorro às vítimas das enchentes. Devemos destacar, aqui, a atuação dos Ministros do Interior, da Agricultura e da Previdência Social, que deram notável

demonstração de sensibilidade, responsabilidade e solidariedade para com os flagelados do meu Estado.

No dia 22 de julho, o Governador José Rollemberg Leite encaminhava ofício ao Superintendente da SUDENE, Engenheiro José Lins de Albuquerque, oferecendo-lhe um relatório preliminar sobre a extensão dos prejuízos causados pelas enchentes em 34 municípios, cuja situação já fora levantada pelos órgãos do Estado, em ação conjugada com os órgãos federais locais.

Os danos e prejuízos atingiram, sobretudo, o setor primário da economia sergipana, com reflexos instantâneos na subsistência das populações rurais. Fora os prédios de propriedade do Estado, cerca de 3 mil casas foram totalmente destruídas. O Governo do Estado proporcionou toda a ajuda de caráter imediato que se impunha, para isso contando com a eficiente e inestimável colaboração do Governo Federal. Assim, remédios, alimentos e abrigos foram prontamente distribuídos, numa ação que há de ter levado às vítimas o consolo da solidariedade e a segurança de que não estão sozinhas nesse momento de infortúnio e que terão todo amparo dos governos do Estado e do País para a recuperação dos prejuízos sofridos.

Rodovias, pontes e importantes obras governamentais foram fortemente atingidas, agravando a destruição e multiplicando os prejuízos. As notáveis obras empreendidas pelo Governo Federal no Baixo São Francisco, sobre as quais falei desta Tribuna à véspera do recesso, foram fortemente afetadas, com consideráveis prejuízos.

No relatório entregue pelo Governador José Rollemberg Leite está demonstrado que os prejuízos, no meu Estado, foram vultosos. Foram destruídas residências particulares; danificados prédios governamentais; danos em rodovias e destruição de pontes; danos em sistemas de abastecimento d'água. Para um Estado que luta com tão grandes dificuldades como o de Sergipe, os efeitos da calamidade estão sendo sentidos com intensidade. Aos danos causados no interior do Estado, somaram-se os problemas públicos em Aracaju.

Tudo isso consta do pormenorizado relatório elaborado pelo General Annibal Gurgel do Amaral, designado pelo Ministro Rangel Reis para constatar, pessoalmente, danos e prejuízos ocorridos nos Estados de Alagoas e Sergipe, e entregue ao eminente Ministro do Interior no dia 28 de julho.

Nesse relatório é exposta a situação existente no Estado de Sergipe, em toda a área atingida, com dados concretos e ilustrações fotográficas. Dispensar-me de maiores comentários, limitando-me a transcrever as conclusões finais do relatório entregue ao Ministro Rangel Reis pelo General Annibal Gurgel do Amaral, que são as seguintes:

"a) as enchentes que atingiram os Estados de Sergipe e Alagoas causaram danos materiais apreciáveis, necessitando-se, para a sua recuperação, de recursos de grande monta;

b) o setor mais atingido, em ambos os Estados, foi o primário, verificando-se as perdas totais das culturas de arroz, milho, feijão, fumo, nos municípios atingidos. Na área canavieira também houve muitos danos e seus reflexos na produção serão inevitáveis;

c) no setor viário, conforme consta do Relatório, os danos causados nas estradas, pontes, aterros, bueiros, etc., foram enormes, necessitando-se de recursos vultosos para a sua recuperação;

d) no setor habitacional, foi constatado um número elevado de habitações destruídas ou grandemente avariadas, necessitando de ajuda em material, para as recuperáveis, e a reconstrução das outras, em lugares adequados;

Não adianta reconstituir casas nos lugares reconhecidamente condenados, aqueles que alagam com as grandes chuvas. Há de se estudar uma forma de atendimento para a construção das casas destinadas às famílias de baixa renda (inferior a um salário mínimo), talvez em convênio com os Governos Estaduais.

e) as galerias pluviais de Aracaju e de Maceió estão quase totalmente obstruídas, ocasionando grandes alagações

nas ruas, inclusive no centro comercial, **conforme** mostram as fotografias;

f) nas Capitais dos dois Estados nordestinos atingidos, há necessidade imediata da elaboração de projetos, em convênio com o DNOS, objetivando a drenagem e taludamento dos canais e riachos que correm em várias direções e que, por se acharem completamente assoreados, são responsáveis pelas inundações em diversos bairros das duas cidades."

Em seu relatório, o General Annibal Gurgel do Amaral alude a toda espécie de medidas a serem adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em colaboração com os governos dos Estados atingidos, visando à recuperação dos danos sofridos. **Dá realce à necessidade de novas obras, inclusive para assegurar emprego a todos os necessitados.**

Dentro da orientação do Presidente da República, de assegurar a assistência moral e material a todas as populações atingidas pelas calamidades, o Ministro Maurício Rangel Reis esteve pessoalmente em Sergipe, no último dia 29 de julho. Foi para ver de perto a extensão dos danos causados pelas enchentes, como para ajustar com as autoridades locais as medidas a serem adotadas.

Acompanharam o Ministro do Interior o Superintendente da SUDENE, Engenheiro José Lins de Albuquerque; o Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Nilson Holanda; o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Engenheiro Harry Amorin Costa; e o Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, Engenheiro Nilo Peçanha Araújo de Siqueira.

À luz das observações pessoais e, também, de levantamentos já feitos pelo Governo de Sergipe e que lhe foram entregues pelo Governador José Rollemberg Leite, o Ministro Rangel Reis apresentou ao Presidente Ernesto Geisel, que as submeteu ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, no último dia 30, as medidas capazes de assegurar amparo às populações sergipanas e promover a recuperação econômica do Estado.

As medidas aprovadas pelo Conselho foram: apoio financeiro ao Governo do Estado, no montante de Cr\$ 16.584.000,00 para reconstrução de obras de infra-estrutura nas áreas atingidas; reescalonamento de dívidas aos agricultores de cereais e refinanciamento; fornecimento de sementes, inclusive com renovação do convênio entre a SUDENE e o Governo do Estado; abertura de frente de trabalho de cerca de mil homens, nas várzeas do São Francisco; aceleração dos projetos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco; aceleração dos estudos para a construção das barragens do Vale do Japarutuba; e apoio às obras de drenagem e da construção de serviços de esgotos sanitários em Aracaju.

Os dois vales mais atingidos foram os do São Francisco e o de Japarutuba, o primeiro na região das várzeas. Nos projetos de irrigação da CODEVASF o sistema de drenagem, implantado parcialmente, evitou perdas maiores. Nas outras áreas das várzeas, onde não há drenagem, a perda foi total. Estabeleceu-se um mecanismo de trabalho com a firma construtora do Projeto das Várzeas, no sentido de abrir frente de serviço no total de cerca de 1.000 homens para possibilitar emprego, até que a situação venha a normalizar-se. Sempre que possível, procurar-se-á estimular o replantio do arroz nas áreas irrigadas.

No Vale do Japarutuba, acertou-se a celebração do convênio com o Governo Estadual, ao qual em 1974 a Secretaria de Planejamento da Presidência da República deferiu recursos de Cr\$ 5 milhões para estudo das barragens de Japarutuba, Japarutuba-Mirim e Siriri, efetuando-se o trabalho em conjunto com o DNOS.

Nas áreas agrícolas do Estado de Sergipe propõe-se também o reescalonamento de dívidas e o refinanciamento, sempre que possível, pelo Banco do Brasil S.A. e pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., cumprindo ao Banco Central do Brasil adotar as medidas necessárias com esse objetivo.

A assistência às famílias desabrigadas pelas cheias vem sendo atendida pela SUDENE e GEACAPE, em articulação com o Esta-

do, com alimentação, roupas e remédios, com o apoio da CEME e do INAN.

No que se refere ao município da Capital, o projeto de maior urgência é o de drenagem e galerias pluviais, situação agravada pelas chuvas constantes. Entendimentos no sentido de executar-se o projeto de drenagem de Aracaju vêm sendo estudados pela Prefeitura Municipal, o Governo do Estado e o Ministério do Interior. Projeto completo sobre a matéria será apresentado até o mês de dezembro próximo, ao mesmo tempo que já se encontra em apreciação no BNH projeto referente aos serviços de esgotos, de acordo com o PLANASA, tendo sido definida participação do Governo estadual, com uma parte de recursos sem retorno.

O povo sergipano recebe como demonstração do interesse do Governo em minorar os seus sofrimentos as medidas agora anunciadas. E está certo de que se novas verificações dos danos produzidos pelas chuvas e enchentes forem feitas e apuradas agravações dos prejuízos causados no meu Estado, o Presidente Ernesto Geisel não deixará de dar a Sergipe os recursos financeiros realmente suficientes à recuperação da economia sergipana e o auxílio ao seu povo, submetido neste instante a duras provas.

Sr. Presidente, não poderia encerrar estas palavras sem aludir à ação exemplar do eminente Presidente Ernesto Geisel. Pessoalmente, Sua Excelência se inteirou da situação dos Estados atingidos pelas enchentes e comandou do Palácio do Planalto toda a operação de socorro, na mais forte demonstração do espírito de solidariedade que o levou a determinar, com incrível presteza, todas as medidas necessárias ao atendimento dos flagelados e à recuperação da economia dos Estados atingidos pelas calamidades. Sua Excelência agiu com a mesma prontidão, firmeza e elevado espírito humanitário como o que alterou, à última hora, um programa de viagem para ir, pessoalmente, ao Rio e determinou medidas a serem executadas pelo Governo federal para a solução do terrível problema do transporte de massa daquele Estado, após o trágico desastre com um trem suburbano da Central do Brasil, que tantas vítimas fez.

E é para que o empenho, eficiência, solidariedade e alto espírito humanitário do Presidente Ernesto Geisel fique gravado em nossos Anais, num sinal de nosso reconhecimento pela rapidez com que imediatamente determinou toda espécie de medidas necessárias ao socorro das populações atingidas pelas chuvas no Nordeste, que faço parte integrante deste pronunciamento as palavras com que o Chefe do Governo anunciou, através do rádio e da televisão, no dia 23 de julho, as providências adotadas em favor dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, cuja situação será minorada através de recursos de bancos públicos, entidades ministeriais, da Previdência Social e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, este último fornecendo meios para a construção ou reconstrução dos imóveis destruídos. A ação pronta do Chefe da Nação certamente que confortou os que sofriam e ainda sofrem os efeitos das calamidades.

Conforme foi estampado em toda a imprensa brasileira, no dia 24 de julho, o gesto do Presidente da República colocou a Nação a par das medidas executadas e em execução para o socorro imediato e a médio prazo dos que foram atingidos pela brutalidade das enchentes, sem delongas, sem burocracia, sem exageros publicitários, mas apenas tendo em mira os altos interesses de alguns milhões de patrícios que foram vítimas de uma das maiores catástrofes dos últimos 40 anos no Nordeste brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Geisel anuncia na TV as medidas de apoio

"Brasileiros:

Consideramos hoje, em Brasília, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico, os efeitos sociais e econômicos dos recentes distúrbios climáticos que assolaram o

País: as geadas do Centro-Sul, alcançando até Mato Grosso, e as enchentes do Nordeste, principalmente em Pernambuco, mas estendendo-se também, em menor dimensão, a Alagoas e Sergipe.

Com relação às geadas do Centro-Sul, que afetaram principalmente a agricultura e pecuária do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, atingindo Minas em pequena escala, determinei a adoção de medidas governamentais cujo sentido geral já hoje foi possível divulgar. A essência de tais iniciativas consiste em apoio financeiro, e de outros instrumentos, que o Governo, sem tardança, levará às áreas atingidas, apoio esse considerado indispensável à manutenção dos níveis de emprego e à recuperação da produção, tão cedo quanto possível.

Desejo, entretanto, nesta oportunidade, transmitir uma mensagem em especial à região afetada pelas enchentes, notadamente em Pernambuco, pela dramaticidade do problema social imediato ali criado, em face da emergência que afetou diretamente cerca de 700 mil pessoas.

Com base nos dados colhidos, sobretudo no relatório apresentado pelo Ministro do Interior, e após apreciação pelo CDE, aprovei a adoção de um conjunto de medidas para a área de Pernambuco, enquanto se aguarda a avaliação que está sendo feita quanto aos Estados de Alagoas e Sergipe. Tais medidas resumem-se no seguinte:

Ajuda financeira ao Governo do Estado de Pernambuco, no valor global de Cr\$ 120 milhões. Essa importância destina-se:

Ao atendimento das populações diretamente atingidas pelas enchentes: à recuperação das obras de infra-estrutura; à recuperação parcial das finanças do Governo do Estado; à abertura de uma frente especial de trabalho para cerca de 2 mil desabrigados

Além disso:

— Será dado apoio financeiro ao Governo de Pernambuco, através do Banco Nacional da Habitação, para recuperação e construção de casas.

— Serão liberados para os trabalhadores residentes nas áreas atingidas, Cr\$ 450 milhões, provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

— Para recuperação do patrimônio domiciliar das famílias, será estabelecido mecanismo especial de crédito subsidiado, através da Caixa Econômica Federal, no valor de Cr\$ 150 milhões.

— Será estabelecida linha de crédito especial a juros subsidiados, no valor inicial de Cr\$ 500 milhões, através da rede bancária, mediante repasse de recursos do Banco Central.

Essa providência visa ao reescalonamento de dívidas e ao financiamento das atividades empresariais e apoio financeiro aos estabelecimentos agrícolas e agroindustriais atingidos.

— Programa análogo será executado pelo Banco do Brasil, com recursos no valor de Cr\$ 200 milhões.

— Também será concedida prorrogação, por 120 dias, do recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda de pessoas jurídicas.

— Da maior importância, para evitar a repetição do fenômeno, será o aceleração e efetivação das obras constantes do programa especial de controle de enchentes, que compreendem:

Construção de barragem no rio Capibaribe, no Município de Carpina; retificação e alargamento da calha do rio Capibaribe, na área urbana do Recife; e, controle do nível das águas do rio Beberibe.

A dimensão e a presteza das providências traduzem a nossa solidariedade ao povo e ao Governo de Pernambuco, nessa emergência que a todos sensibiliza.

Ao lado disso, tão ou mais importante do que o alcance prático das decisões, elas consubstanciam a nossa presença, a nossa participação, e a dos brasileiros das diferentes regiões, no drama do Recife.

A hora não é de desanimar ou de lamentar-se. O momento é de luta — luta tenaz — para reconstruir o que foi danificado e para retornar, sem tardança, às atividades em todos os setores".

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, como Líder.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O MDB está dedicando o melhor de sua atenção, de sua seriedade, à análise do discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, sexta-feira última. E fará, nesta Casa, assim como na Câmara dos Deputados, sucessivos pronunciamentos, em que examinará o conteúdo desse discurso. Já amanhã — e estou aqui para anunciar — o nosso ilustre companheiro, Senador Lázaro Barbosa, de Goiás, fará uma análise da fala presidencial de suma importância. Entretanto, acho que algumas observações devem ser feitas hoje mesmo.

O primeiro ponto que merece uma observação de nossa parte diz respeito à referência feita pelo Senhor Presidente da República à chamada infiltração comunista em vários setores da vida nacional e, particularmente, nos partidos políticos. Esta referência, confessamos, trouxe-nos preocupações.

Este fantasma da infiltração comunista, no Brasil e em vários países do mundo, tem freqüentemente servido de pretexto ao desencadeamento de ações antidemocráticas, por vezes até mesmo violentas, assim como o fantasma das chamadas conspirações direitistas tem servido de pretexto aos comunistas para os seus ataques à democracia.

Longe de nós, do MDB, atribuir intenções desta natureza ao Presidente Geisel. Nenhum brasileiro pode, honestamente, atribuir a Sua Excelência intenções desta natureza. O Presidente Geisel, acima de tudo, é um homem de elevadíssima estatura moral, um homem de reconhecidos princípios democráticos, que não agiria por esses caminhos.

A simples consideração sobre a possibilidade da existência de forças ou de setores do seu Governo trabalhando neste sentido suscita-nos graves preocupações, aumentadas com aquela outra alusão à hipótese de sabotagem nos acidentes ocorridos no transporte suburbano do Rio de Janeiro.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Já o darei a V. Exª

Essa alusão, a nosso ver, constituiu um erro do Senhor Presidente da República. É uma hipótese, da maior gravidade, não comprovada, na qual até mesmo o Governo de Sua Excelência parece não acreditar muito, já que, por incompetência, foi demitida toda a diretoria da Rede Ferroviária Federal, demissão que seria sumamente injusta se os acidentes tivessem sido causados por atos de sabotagem fora do alcance daquela Administração.

Assim, a nós nós parece, nós que não acreditamos nesta hipótese — e eu pessoalmente não acredito na hipótese da incompetência — parece-nos que as causas dos acidentes devem ser buscadas mais atrás no tempo, na época em que deveriam ter sido feitos os investimentos necessários à solução do problema. Esse problema já poderia ter sido resolvido há mais de dez anos. Não o foi; porém, por uma cruel distorção de prioridades que, na era Delfim-Andreazza, des-

viu investimentos fabulosos, investimentos *incalculáveis*, para a construção de obras que serviram tão-somente aos *turistas* de fins de semana, tais como a Ponte Rio-Niterói, a Rodovia Rio-Santos. Não se deu solução a um problema de grande magnitude *social* — o transporte coletivo dos subúrbios do Rio de Janeiro, que, com investimentos dez ou vinte vezes mais reduzidos, poderia ter sido cabalmente resolvido.

A nosso ver, pessoalmente, a responsabilidade por esses acidentes deve ser atribuída ao erro gravíssimo da distorção de prioridades dos investimentos do Governo na área de transporte, e não tanto à incompetência da recém-demitida Diretoria da Rede Ferroviária Federal.

Em todo caso, o próprio Governo resolveu atribuí-la à incompetência da administração da Rede, e admitiu, *fato que reforça* o nosso ponto de vista de que, *realmente*, *sabotagem ali não houve*. Todavia, se tivesse havido sabotagem, não só *caberia ao Presidente aludir a uma hipótese dessa gravidade*, mas trazer ao *público e à Nação demonstração cabal da sua existência*.

Ouçõ o aparte de V. Ex^a

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a disse, aliás repetindo uma verdade que vem sendo proclamada quanto ao Senhor Presidente da República, que o Chefe da Nação é um homem digno, sereno e afirmativo. Isso tem sido um tema que une as opiniões do MDB e da ARENA em torno do Presidente Ernesto Geisel. E Sua Excelência, no seu discurso, em que se nota seu estilo pessoal, diz:

“O Serviço de Informações acompanhara atentamente a infiltração comunista em órgãos de comunicação, em órgãos de classe, na administração política, particularmente na área do ensino e também nos partidos políticos.”

Que a infiltração comunista existe, *é fato que deve ser reconhecido* por V. Ex^a, que não é comunista. Ela existe em todos os setores e cada vez com mais intensidade, e com um serviço de inteligência cada vez mais eficiente. Alarmou-se V. Ex^a com a expressão “especialmente nos partidos políticos”. Não. O Chefe da Nação disse o seguinte: “particularmente na área do ensino e também nos partidos políticos”. Na sua ressalva, o nobre Senador atribuiu ao Presidente da República uma especificação quanto aos partidos políticos. O Presidente fez uma referência à existência da infiltração comunista nos partidos e que realmente existe. Sabe V. Ex^a que existem, em vários Estados, elementos comunistas, chefias comunistas clandestinas que procuraram candidatos nos Partidos, na maior parte no MDB, porque é um partido de oposição, e, com raríssimas exceções, na própria ARENA. Não queremos dizer que o MDB tivesse incentivado essa infiltração, mas foram os próprios comunistas que procuraram estabelecê-la. Em alguns Estados lograram pleno êxito, conforme a eloquência dos fatos o *demonstram*. Assim disse o Chefe do Governo:

“Comprovou-se a participação de agentes subversivos nas depredações ocorridas ultimamente em trens suburbanos do Rio de Janeiro, examinando-se a provável hipótese de que ali se tenham praticado atos de sabotagem.”

Ao revés do que V. Ex^a procura dar a entender, o Senhor Presidente da República não atribui, como causa dos distúrbios na zona da Central do Brasil à ação comunista. Salientou-se a participação. O chamado *partidão* encontrou, na insatisfação que realmente existia, em virtude dos maus serviços, a oportunidade válida para a sua participação. Portanto, o texto oferecido à Nação pelo Senhor Presidente da República é um texto cauteloso, é a palavra de um homem de bem, assentada, sobretudo, em órgãos de informação insuspeitíssimos. Daí porque digo a V. Ex^a que o discurso do Senhor Presidente da República merece o respeito da Nação, porquanto cuida, sobretudo, da sua segurança, segurança esta que há de permitir a permanência de valores como V. Ex^a nessa tribuna.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Nobre Senador Eurico Rezende, que o discurso de Sua Excelência o Senhor Presidente da República merece o respeito da Nação, não há a menor dúvida. Tanto assim que sobre esse pronunciamento estamos *debruçados*, analisando as suas palavras e procurando dar à nossa interpretação, as nossas observações e até a nossa crítica.

Relativamente à infiltração comunista, claro que, ao discuti-la, vamos cair no plano das interpretações pessoais, subjetivas.

Que existe Partido Comunista neste País, não há a menor dúvida. Que esse partido procura influir em vários setores da vida nacional, também não há menor dúvida. No entanto, caracterizar essa tentativa de ação de influência como infiltração e mencionar os partidos políticos, isso nos preocupa. Contre essa referência é que levantamos as nossas preocupações. O fato de os comunistas tentarem influir, aqui ou ali, elegendo esse ou aquele candidato, assim como influenciar na orientação da imprensa ou do ensino no País, isto não pode ser caracterizado, realmente, como uma infiltração comunista, como algo que estivesse minando as bases ou alterando substancialmente o comportamento dos partidos políticos, da área do ensino, de imprensa, etc.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Há uma diferença nítida entre a existência do partido, as suas tentativas de influenciar e uma outra situação que já seria aquela de infiltração, onde, realmente, essas tentativas já estivessem obtendo êxito e produzindo alterações no comportamento dessas instituições. Esta diferenciação — entendemos — deve ser feita, e protestamos contra a caracterização de infiltração, pelo menos no que concerne a um dos partidos políticos, que é o nosso, o MDB.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Já darei o aparte a V. Ex^a, logo que acabe de responder ao nobre Senador Eurico Rezende.

Quanto às causas dos acidentes nos transportes suburbanos do Rio de Janeiro, o que realmente nos suscitou maior preocupação foi a referência a uma hipótese, que o Senhor Presidente da República qualificou de provável, da ocorrência de sabotagem. Um Presidente da República, com a responsabilidade que tem perante toda a Nação, não deveria aludir a uma hipótese, ainda que provável, mas deveria afirmar e demonstrar que houve realmente sabotagem ou simplesmente nada referir sobre o assunto — digamos assim — bastando uma simples referência sobre a participação de elementos subversivos.

Não contestamos. Possível que tenha havido, dentro de um conjunto de causas que seriam originadas pelo mau funcionamento do serviço, e os elementos subversivos, presentes aqui e ali, poderiam ter participado da depredação. Quanto a isto, não contestamos. Estranhamos exatamente a colocação de hipótese dessa gravidade, não comprovada, numa fala presidencial.

Ouçõ o nobre Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos (Bahia) — Apenas direi a V. Ex^a que li em jornais de Salvador, no fim da semana passada, a notícia de que foi pedida a prisão preventiva de dez pessoas, entre as quais um vereador, um professor universitário e vários funcionários de categoria do Estado da Bahia, por ação comunista.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Não vou entrar no mérito da qualificação desses cidadãos como comunistas ou não. Pode ser até que sejam comunistas, pode ser que pertençam ou não ao partido, ou que, ainda, sejam camuflados ou não. Um vereador, em dezenas de milhares, não significa, não caracteriza infiltração. Um elemento, entre milhares de jornalistas ou de professores, não caracteriza infiltração.

Infiltração é algo mais grave; é quando realmente já se dá um princípio de participação que possa propiciar conotação diferente ao comportamento normal dessas instituições.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a não acha que o Governo deve preocupar-se com esses preparativos para a infiltração?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Sim, o Governo deve preocupar-se. No entanto, uma fala presidencial é algo de tão importante que, realmente, todas as suas palavras têm densidade fora do comum, e, por isso mesmo, devem ser medidas, ponderadas e colocadas com o máximo de cautela, exatamente para impedir o surgimento de interpretações por parte de setores do Governo menos avisados ou mais interessados em fomentar esse tipo de ação antidemocrática. As palavras do Presidente têm uma densidade que as nossas não possuem. Esta é que é a verdade.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permita-me V. Ex^a complementar as intervenções anteriores. (*Assentimento do orador.*) — Para dizer que, no campo da Segurança Nacional, o Senhor Presidente não pode, e não deve, devassar para a Nação os detalhes, as informações, a coleta de dados que o Governo obteve a respeito da infiltração comunista ou, então, dessa outra figura que o otimismo de V. Ex^a, a indulgência de V. Ex^a, a sacrossanta boa-fé de V. Ex^a está chamando de tentativa de infiltração. Um professor, explicando a Economia a seu modo, a Psicologia de acordo com os seus desígnios, a Sociologia Política dentro do ângulo dos seus interesses políticos — isso não tem a menor importância para V. Ex^a. Mas, o que quero dizer é o seguinte: quando o Presidente da República diz que existe infiltração comunista no Brasil, S. Ex^a afirma uma verdade! Agora, não pode é especificar, apontar certos fatos concretos, para não perturbar este combate sistemático e permanente que o Brasil — e não só o Brasil, como disse S. Ex^a, até os países desenvolvidos praticam preventivamente contra a criminoso expansão comunista. Então, se V. Ex^a reconhece — e falando em nome do seu Partido —, que o Senhor Presidente da República é um patriota, é um homem vigilante, é um homem sério, há de sentir, há de notar, há de absorver desse importante documento nacional que foi o discurso de S. Ex^a, afirmativas evidentemente verdadeiras e que devem merecer — aí digo — o respeito, a solidariedade de toda a Nação porque se trata do combate a um sistema que, absolutamente, não ensarilha as armas, como V. Ex^a sabe, que é o comunismo, e que é a negação dos valores espirituais da Humanidade.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Já darei o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Agradeço.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — A interpretação, a discussão nesse campo, como eu disse há pouco, fatalmente cairá no campo da sensibilidade de cada um, das interpretações subjetivas. Nós, do MDB, achamos que as palavras do Senhor Presidente da República tiveram um tom alarmante nesse ponto da infiltração comunista que a nós suscitou preocupações. Acho que é um dever nosso, um direito nosso registrar aqui essa preocupação, e nos pronunciamentos sucessivos que faremos.

Outro ponto a abordar seria o problema da distensão e do evidente esvaziamento que o lado político da distensão sofreu com as palavras do Presidente Geisel. Mas, nesse assunto não vou entrar porque será, obviamente, objeto da análise do Senador Lázaro Barbosa, amanhã, nesta Casa.

Queria apenas dizer, rapidamente, que a tese da distensão não é um processo exclusivamente político, mas deve ser também levada ao campo social, é uma tese nossa, do MDB. Eu, particularmente, repetidas vezes tenho dito que vejo por trás da distensão um projeto de conciliação nacional que não pode ter bom desfecho senão com ações imediatas no campo social, de modo a produzir um quadro de distribuição de riqueza bem mais favorável a um projeto de conciliação do que este que se nos afigura hoje.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Queria pedir a V. Ex^a um pequenino aparte.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Estou apenas angustiado com a luz vermelha com que o Presidente me alerta.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Já que se falou em Comunismo a luz ficou vermelha!

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Mas, com a permissão do Presidente, ouço com prazer o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Somos Senadores do mesmo Estado; acho que seria incorreto da minha parte apenas ouvir o discurso de V. Ex^a, que tem sido um Senador de atitudes corretas, impecável no tratamento dos problemas políticos. Quando foi abordado o problema da Central do Brasil, no início da sua fala, eu estimaria registrar — e acho que V. Ex^a vai comungar comigo — a atitude viril, inédita, do Presidente Geisel. Tendo uma viagem marcada à cidade de Maceió, para presidir os Jogos Universitários e, desgrazadamente, tendo acontecido a catástrofe de Magno, S. Ex^a, anticerimonial, antiitamarati, antiprogramas que adrede são preparados, surpreendeu os seus auxiliares mais diretos, determinando que a aeronave que lhe serve habitualmente — Força Aérea nº 1 — se dirigisse para o Rio de Janeiro. Chegou à sede da Rede Ferroviária Federal, madrugou, lá apareceu antes dos Diretores. Avisou ao Governador do Estado, Almirante Faria Lima, ao Comandante do 1º Exército, do 3º Comando Aéreo e, também, do 1º Distrito Naval e às autoridades relacionadas com a segurança na área. Senador Saturnino, V. Ex^a é jovem, mas é do tempo em que a política se fazia de modo diferente. Conhece, por acaso — eu não conheço — algum exemplo de Chefe de Estado que teria abolido o protocolo, como S. Ex^a o Presidente Geisel fez? Foi ao Presidente da Rede e foi dizendo, sem cerimônia: “Não quero desculpas, quero fatos.” Porque S. Ex^a não tem negado recursos para a Rede Ferroviária Federal. Tomou esse providência ali. E eu, ao apartear o eminente colega e amigo, quero trazer o testemunho — V. Ex^a sabe que eu sou um andorilho da política fluminense, sou um caixeiro-viajante que andava pelo Estado do Rio de Janeiro e que agora está andando pela antiga Guanabara. Estive na área do subúrbio nestes dias — Cascadura, Méier, em Magno também — em companhia de amigos, inclusive do MDB, e quero dar depoimento do carinho, da amizade — não tenho interesse de agradar a ninguém, como a V. Ex^a não agradaria, mas espero que V. Ex^a recolha estes depoimentos — da impressão favorabilíssima da atitude do Presidente Ernesto Geisel, primeiro indo tomar estas providências, segundo determinando a antiburocracia na Rede Ferroviária Federal. V. Ex^a sabe que as indenizações eram feitas ao longo dos anos — dez, quinze, vinte anos — deve haver indenizações aí para serem pagas há muito tempo. Ali, na hora, todas foram feitas, inclusive àqueles que perderam seus entes queridos; a Central do Brasil, por ordem direta do Presidente da República, custeou até os funerais. Queria dar este depoimento porque reconheço em V. Ex^a um homem decente, correto, digno e capaz, um intelectual — aparteio V. Ex^a até com certo receio, porque homem da roça, do interior como sou, apartear um intelectual, fico às vezes frustrado. Mas acho que este detalhe deveria ser assinalado. Peço perdão por ter interrompido o seu magnífico discurso, mas o fiz para ressaltar essa atitude digna, correta e inédita do Presidente Ernesto Geisel.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Sr. Senador Vasconcelos Torres, V. Ex^a não tem que pedir desculpas; eu é que tenho que agradecer o aparte que inclui o depoimento de V. Ex^a, muito valioso para nós, e que realmente vem confirmar um conceito e uma opinião que tínhamos a respeito da atitude do Senhor Presidente da República neste caso, que mereceu de nossa parte os mais calorosos aplausos. Realmente, Sua Excelência se comportou como verdadeiro Líder, como um Presidente que se interessa pela sorte do seu povo e quer, antes de tudo, soluções que venham em

benefício da grande maioria da população e não apenas de uma pequena minoria de privilegiados.

Quanto à distensão social, a tese é inteiramente compartilhada por nós, do MDB. Achamos que algo muito importante tem que ser feito, na área da redistribuição de riquezas no País. E já que S. Ex^a também coloca as coisas nesses termos, sentimo-nos animados a dizer, embora reconhecendo que houve significativo avanço no campo da redistribuição, que as providências tomadas são muito tímidas. Naturalmente, aquelas medidas que poderiam e podem produzir modificações substanciais no quadro da distribuição de riquezas, ainda não se concretizaram. A própria reforma tributária, no sentido de se arrecadar recursos daqueles que, efetivamente, podem contribuir, para aplicação mais maciça em objetivos de natureza social, não foi sequer tocada pelo Governo. Inúmeras vezes tenho me referido a essa questão, desta tribuna e em entrevistas a jornais, sem receber, por parte do Governo, qualquer palavra de concordância, de assentimento, de atenção, para que o problema seja estudado e levado adiante.

Assim, compartilhamos a tese de que a distensão é algo que envolve tanto o campo político como o campo social, mas achamos que a prioridade excessiva ao campo social não deve esvaziar a distensão no campo político; em segundo lugar, que o próprio avanço conseguido no campo social — que reconhecemos — ainda é muito tímido, diante das verdadeiras medidas que o quadro de distribuição de riquezas do País está a demandar da ação governamental.

Não querendo abusar da benevolência de V. Ex^a, Sr. Presidente, eu queria fazer uma última observação. Para não ressaltar apenas os pontos discordantes, queria destacar a referência feita por S. Ex^a à necessidade de defesa dos verdadeiros valores morais e espirituais da nossa civilização democrática.

S. Ex^a foi extremamente feliz na sua colocação, que considero realmente oportuna.

Estamos convencidos de que, no embate entre democracia e totalitarismo, no mundo de hoje, a decisão não será obtida no campo das armas, mas no campo dos valores morais. O sistema capitalista liberal, cujas formulações originais eram carregadas de elevado conteúdo moral, produziu, ao longo do seu desenvolvimento, um certo afrouxamento, uma liberação excessiva, que está levando a um enfraquecimento, a uma desvalorização daqueles princípios morais e espirituais que são o fim último das nossas aspirações e da nossa civilização. Porque as meras formulações que S. Ex^a mesmo ressaltou podem ficar anacrônicas; as formulações políticas são meios para se atingir a este fim último, que é a defesa dos nossos valores morais e espirituais, e se essas formulações se mostram anacrônicas, concordamos nós, do MDB, que cabe um reestudo, um reexame do assunto.

Estamos de pleno acordo com S. Ex^a. Achamos que a colocação do problema deve merecer maior cuidado por parte da classe política, maior atenção deve ser dada ao exame daquelas palavras pronunciadas por S. Ex^a.

Consideramos de extrema importância o discurso pronunciado pelo Senhor Presidente da República, onde colocações iniciais foram reformuladas e estamos aqui debruçados sobre as palavras de S. Ex^a, medindo cada uma delas, analisando-as e dando nossa interpretação, nossos comentários, nossas observações e nossas críticas também.

É o que faremos em pronunciamentos sucessivos, a partir do discurso de amanhã, do Senador Lázaro Barboza.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O Sr. **Petrônio Portella** (Piauí) — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Petrônio Portella, como Líder.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Agrada-me muito ouvir o ilustre Líder interino do MDB, Senador Roberto Saturnino. S. Ex^a é, sem nenhum favor, uma das grandes expressões da juventude política do nosso País. Lúcido, corajoso, probo, se não situa os problemas, nos termos exatos — pois às vezes os limites partidários nos levam ao facciosismo — procura, todavia, perseguir os objetivos comuns, aqueles que nos devem unir, a todos os políticos, em defesa dos princípios maiores, em defesa dos interesses da Pátria. É um conciliador.

S. Ex^a finalizou com aquilo que eu gostaria fosse o começo, o prólogo, o preâmbulo, se não o cerne de sua manifestação. Concordou rigorosamente com as palavras do Senhor Presidente, na defesa dos valores democráticos e cristãos, aqueles por que lutamos, por que nos batemos, e que, lamentavelmente, são negados, quer pela direita, quer pela esquerda, quando em extrema posição.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta oportunidade, sinto-me feliz em congratular-me, em nome da Maioria, com o ilustre Senador, porque, em verdade, estamos em absoluta sintonia, em completa concordância. Também com felicidade assinalo que S. Ex^a concorda com o ponto fundamental do discurso do Senhor Presidente da República, quando o Presidente Geisel reitera — e é bom que se frise isso — reitera conceitos louvados e exaltados das tribunas das duas Casas do Congresso Nacional, na mensagem presidencial do começo do ano.

Disse o Senhor Presidente da República:

“Mas a distensão não deve ser apenas política, nem predominantemente política. O que almejamos para a Nação — conforme tive oportunidade de salientar em mensagem que dirigi ao Congresso Nacional — é um desenvolvimento integral e humanístico, capaz, portanto, de combinar orgânica e homogeneamente, todos os setores — político, social e econômico — da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a distensão, isto é, a atenuação, senão a eliminação das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da Nação e o bem-estar do povo.”

Sr. Presidente, escuso-me de tecer considerações a respeito de uma discordância do Senador Roberto Saturnino com as medidas governamentais. Ao lado da exaltação às medidas de profundo sentido social, discorda, todavia, do alcance delas ou de sua lentidão. Mas, já aí, eu justificaria o oposicionista ilustre, colocando-o na posição devida: S. Ex^a diz, o Governo age. Entre o dizer e o fazer vai uma distância considerável mas, que se registre como de bom alvitre essa comunhão de interesses e princípios, às vezes toldada pelas discrepâncias entre aquele que é obrigado a fazer e agir, e aquele que tem apenas o dever de dizer, de falar. Um tem ante si as dificuldades, o outro as facilidades.

Sr. Presidente, não há discordâncias com a fala governamental, evidentemente, S. Ex^a talvez tenha cedido ao dever de oposicionista e não ao imperativo da verdade, a que quase sempre se curva ou procura curvar-se.

S. Ex^a declarou, peremptoriamente, que há partido comunista no Brasil, e está agindo! A expressão foi esta: está atuando! Mas, se o partido comunista — digo eu — está na ilegalidade, não pode agir por mecanismos próprios, ele está agindo, evidentemente, por via indireta, e esta via indireta será, iniludivelmente, por meio de infiltração.

Dir-se-á, talvez, que haja, por parte do ilustre Senador Roberto Saturnino, um preconceito contra a palavra e, às vezes, estamos a discutir com ilustres membros da Minoria, nesta Casa, em torno de palavras. Desta feita, mandei — com a brevidade devida — buscar em “Caldas Aulete” as várias e rigorosas significações do verbo infiltrar. E bem se vê que o Senhor Presidente da República asseverou à Nação, muito menos do que, com todas as letras e com toda a ênfase, foi aqui declarado, da tribuna, pelo ilustre Líder do MDB.

“Infiltrar — penetrar como através de um filtro, insinuar-se.”

Entre insinuar e agir, atuar, vai uma distância considerável, um é menos, o outro, muito mais.

"Instilar, fazer penetrar como por um filtro, embeber, impregnar, infiltrar, penetrar através de poros, insinuar-se, introduzir-se pouco a pouco."

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Um momento só e lhe darei o aparte.

Sr. Presidente, bastaria o que estou a dizer para excluir discordância entre o que asseverou S. Ex^a e o que foi, pelo Senhor Presidente da República, proclamado em discurso de sexta-feira. Mas, nós temos aqui algo que infirmaria tudo que pudesse ser interpretado atribuindo-se ao Presidente Geisel, a atuação dos Partidos Políticos. O Sr. Presidente da República, antes de falar na infiltração, fez questão de acentuar:

"Acredito que, em meu Governo, muito já se fez no sentido de uma distensão na própria área política. Para comprová-lo, basta ver o clima em que se exercem a atividade dos partidos políticos e o funcionamento do Poder Legislativo em toda parte..."

Ora, aqui, deixou bem claro o Sr. Presidente da República a insuspeição da atuação dos partidos políticos, os dois, dentro dos limites constitucionais, ambos cumprindo os seus deveres para com a Nação. A infiltração, por conseguinte, nunca poderia ser tomada no sentido de que a Minoria ativista pudesse empolgá-los, dirigi-los, orientá-los. É uma mera infiltração de um organismo que, não tendo existência legal, só por via oblíqua poderá atuar.

Ouçó, com muito prazer, V. Ex^a

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Nobre Líder, a interpretação dada por V. Ex^a é realmente, para nós, muito tranquilizadora. Ouvímo-la com especial agrado. Queria, apenas, dizer que a semântica dos dicionários nem sempre coincide com a semântica política, quer dizer, no contexto político, as expressões têm, às vezes, conotações que a definição dos dicionários não traduz. É o caso da expressão "infiltração comunista", que tem uma história atrás dela, muitas vezes carregada de violências, de ação antidemocrática, razão pela qual reagimos, talvez até com preconceito, como V. Ex^a salientou, vamos admitir. Mas o fato é que a nossa sensibilidade reage ao uso desta expressão por parte de autoridade, como a do Presidente da República, e, quando a vemos aplicada aos Partidos políticos, e pensamos em todo o repúdio que o nosso Partido tem pelo tipo de ação desenvolvido pelos comunistas, pela tomada do poder pela violência, pela implantação da ditadura do proletariado, e tudo o mais, realmente nos sentimos atingidos, e procuramos sempre colocar as coisas nos devidos termos, motivo por que a interpretação esclarecedora de V. Ex^a nos tranquiliza.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Sr. Presidente, felizmente, chegamos a um acordo, e verificamos que, de fato, a exegese foi preconceituosa. Mas, gostaria de, já agora, adiantar alguma coisa, dizendo que o mal dos nossos tempos está muito menos no preconceito contra esta expressão "infiltração comunista" do que no descuido com que, às vezes, a vemos, a examinamos e aceitamos.

Muito mais sério, muito mais importante para a Nação é estarmos convencidos de que essa infiltração existe, e é nosso dever repeli-la...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Muito bem!

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — ... fechamos as nossas agremiações políticas as suas tentativas e às suas intencões, porque assim estaremos, de fato, construindo autêntica democracia, aquela que preserva os valores humanos e cristãos da nossa sociedade.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a desarquivou o seu Caldas Aulete, e decifrou, para o eminente Líder Roberto Saturnino, a palavra "infiltração". S. Ex^a redarguiu, no sentido de que nem sempre a semântica dos dicionários confere com a semântica da política. Foi, realmente, o que se deu. O MDB estava profundamente equivocado no que diz respeito à palavra "distensão", e o discurso presidencial serviu para demonstrar que a distensão é um processo de atuação integrada e não um aspecto solitário do problema político.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Mas, devo dizer que esse sempre foi o ponto de vista aqui expandido pelo nobre Líder Saturnino Braga e, já agora, faço questão de enfatizar que S. Ex^a se manifesta em nome do seu partido, o MDB, o que é para nós auspicioso.

Sr. Presidente, faço questão de insistir nesta tese: muito mais do que um temor em se aludir à infiltração comunista, será o nosso dever de preparar os nossos Partidos para evitá-la, para repudiá-la, para dar aos nossos colegiados um autêntico sentido democrático, sobranceiro, portanto, às arremetidas totalitárias.

Sr. Presidente, S. Ex^a foi o Orador, *data venia*, profundamente injusto em meio aos elogios merecidos ao Senhor Presidente da República, quando, usando um eufemismo que não coincidia, exatamente, nem se conciliava com a ordem de suas considerações, tachou de erro do Senhor Presidente aludir a infiltração comunista nos episódios da Central do Brasil.

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Hipótese da sabotagem.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Hipótese da sabotagem, precisamente.

Vou ler o texto de Sua Excelência para mostrar que era dever de Sua Excelência aludir ao fato:

"Comprovou-se a participação de agentes subversivos nas depredações ocorridas ultimamente em trens de subúrbio do Rio de Janeiro, examinando-se a provável hipótese de que se tenham praticado atos de sabotagem."

Se o Senhor Presidente da República aborda um assunto de tamanha importância, pois envolve a morte de dezenas de compatriotas nossos, e fala, inclusive, em participação comunista em episódios correlatos, Sua Excelência não poderia deixar de transmitir à Nação que há providências do Governo, visando a apurar a responsabilidade e as ligações entre os subversivos e os fatos delituosos.

De maneira que o que V. Ex^a considerou um erro, no meu entendimento, constituiu um ato, derivado de um dever do Chefe da Nação para com a opinião pública nacional.

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Pois não.

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Se as expressões usadas pelo Senhor Presidente fossem as que V. Ex^a está usando neste momento, não o classificaria como erro. Realmente, uma coisa é apontar a existência de participação subversiva e dizer que o Governo está tomando providências para se verificar até que ponto se aprofundou essa participação; a outra é, realmente, o Presidente da República mencionar uma hipótese provável de sabotagem. Sabotagem já é algo de muito mais grave do que uma simples participação dos elementos subversivos. Porque a sabotagem estaria na origem da causa da coisa, do acidente, ao passo que a participação pode ser algo que, como provavelmente ocorreu vem depois de acontecido

um acidente, um mero desdobrar dos acontecimentos. A hipótese de sabotagem é algo de extremamente, de sumamente grave, que não deveria ter sido mencionada, pelo Senhor Presidente, a menos que ele já tivesse em mãos uma cabal comprovação para fazer uma afirmação de sabotagem.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA (Piauí) — Exatamente ao contrário. Toda vez que acontecem determinados fatos, é indispensável que a autoridade responsável em apurá-los dê uma nota oficial, comunicando ao povo, à consciência local ou nacional, as providências tomadas. Ora, aqui, Sua Excelência diz que se comprovou a participação de agentes subversivos nas depredações. Cabia a Sua Excelência esclarecer que se examinam os fatos para que se saiba se, de fato, a participação desses agentes que depredaram, se estendeu até a esses fatos delituosos. Se Sua Excelência tivesse usado a expressão "há indício", — podia ter usado, — ter-se-ia valido de uma expressão muito mais forte.

Preferiu fazê-lo de forma amenizada. "O Governo examina a hipótese provável de participação." Não está incriminando ninguém, mas está dizendo que está atento ao cumprimento do seu dever, de suas obrigações.

Então, Sr. Senador, até a palavra técnica seria indício. S. Ex.^a não a quis, preferindo a expressão "examinando-se a possibilidade", ficou numa hipótese bem mais branda, sem dar a entender que o Governo já tenha tomado uma posição preconcebida em face de uma situação, cujos meandros ainda desconhece.

De maneira que, veja V. Ex.^a, o que foi redigido com extrema cautela foi repudiado. Se Sua Excelência tivesse usado uma linguagem que nós, bacharéis, usaríamos tranquilamente, — "há indícios" — talvez, fosse uma expressão mais carregada de certeza do que esta que inclui a mera probabilidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, após o pronunciamento lúcido de uma das mais notáveis figuras da Oposição no Congresso Nacional, só tenho razões para pedir a publicação do discurso de Sua Excelência, o que vim de fazê-lo certo de que, uma vez mais, falando ao povo, o Senhor Presidente da República lhe deu a certeza de que, comandando os destinos do Brasil, há um homem capaz, diligente, honrado, enérgico e disposto a levar o Brasil ao desenvolvimento integral — político, social e econômico — que é o sonho de todos os brasileiros. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1974 (nº 1.463-B/73, na Casa de origem), que institui a "anotação de responsabilidade técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 116 e 117, de 1975, das Comissões:

— de **Legislação Social**, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CLS; e

— de **Finanças**, favorável ao projeto e contrário à emenda apresentada pela Comissão de Legislação Social.

A discussão do presente projeto foi adiada, em virtude de requerimento aprovado pelo Plenário, quando de sua inclusão na Ordem do Dia da sessão de 3-6-75.

O Regimento Interno, entretanto, no § 2º do art. 310, permite um segundo adiamento por prazo não superior a 30 dias.

Com esse objetivo, foi encaminhado à Mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 320, DE 1975

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requerido adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de

1974, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia, a fim de ser feita na sessão de 03 de setembro próximo.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1975. — **Petrônio Portella**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Não há número para deliberação.

Nos termos do § 7º art. 310 do Regimento Interno, a discussão da matéria em pauta ficará sobrestada até a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Pela mesma razão, fica adiada a votação do Requerimento nº 319, de autoria do Sr. Senador Mauro Benevides e outros Srs. Senadores, lido no Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lindoso.

O SR. JOSÉ LINDOSO (Amazonas) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cumpro, nesta tarde, com o dever de, em nome de meu Estado, registrar, no Senado Federal, o desaparecimento do venerando Professor Agnello Bittencourt, falecido a 19 de julho último, na Guanabara.

O Brasil conhecia, seguramente, esse eminente amazonense, filho de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, antigo Governador do meu Estado, cujo nome, e vale a pena relembra-lo, inscrito está nos Anais do Senado, ao se debater, nesta Casa, nos idos de 1910, o bombardeio de Manaus para depô-lo, em consequência de sua coragem de se contrapor a política de Pinheiro Machado.

Agnello Bittencourt, o majestoso "Cedro do Ayapua", como lhe chamou brilhante polígrafo amazonense, foi, durante a sua fecunda existência, sobretudo, o Professor. Desde jovem, ensinou aos caboclos descendentes dos muros, no lago do Ayapua, onde a família possuía propriedades e, por décadas e décadas, lecionou Geografia no então Ginásio Amazonense Pedro II, na Escola Normal, na Escola de Comércio "Solon de Lucena" e no Colégio D. Bosco. No Ginásio Amazonense, fomos aluno do ilustre mestre e a segurança da sua palavra e o fascínio de seu saber nos empolgava, havendo a sua generosa correspondência no atribuir as notas. Éramos vizinhos, morávamos na mesma rua, a Rua Dr. Moreira, e nas atividades extraclasses que a minha geração desenvolvia, e que contava com a participação inteligente de Agnello Filho e de Antônio Bittencourt, o neto, como o Grêmio "Humberto de Campos" e outras, ali encontrávamos o estímulo do apoio e da orientação tranqüila, não só do Professor Agnello, mas de sua esposa, também mestra querida, dona Zulmira Uchoa Bittencourt.

A evocação singela ora feita de gestos e que se perdem na impressão do tempo, mas guardados ficam na lousa da memória, fala da gratidão de todos nós, daquela época, e o estilo é tentativa de fugir ao formalismo de um discurso desta natureza, no Senado Federal, para que as nossas palavras ganhem só a expressão de murmúrio de coração, de prece de saudade.

Agnello Bittencourt se tornou um dos maiores conhecedores do Amazonas, não só de sua geografia, da história e da vida de seus homens. Deixou inúmeros trabalhos esparsos em revistas e jornais. Escreveu livros imprescindíveis para quem quiser estudar o Estado, nos seus complexos aspectos, e destacamos: "Corografia do Estado do Amazonas", "Bacia Amazônica", "Navegação no Amazonas", "Portos da Amazônia", "Eduardo Ribeiro e o 1º-Centenário de seu Nascimento", "Mosaicos Amazônicos", "Perfil do Homem da Amazônia", "Plantas e Animais Bizarros do Amazonas", "Reminiscências do Ayapua", "O Homem Amazonense e o Espaço" e "Dicionário Amazonense de Biografias".

Por sua iniciativa, na liderança intelectual da geração a que pertencia, fundou o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, por volta de 1917, e o presidiu por vários anos, organizando e ordenando um acervo notável que constitui o invejável patrimônio daquela prestigiosa entidade.

O veterano **Jornal do Comércio**, de Manaus, tem agasalhado diversos artigos sobre Agnello Bittencourt e, na sua edição de domingo último, uma página lhe foi dedicada com depoimentos do historiador Arthur César Ferreira Reis, do antropólogo e historiador Mário Ypiranga Monteiro, dos escritores João Nogueira da Mata e Rôberio Braga além dos belos artigos, anteriormente publicados pelo Pe. Nonato Pinheiro, Professor João Crisóstomo, escritor Idelfonso Pinheiro e por esse extraordinário beletrista, Genesino Braga. Assim, a intelectualidade amazonense presta, entre lágrimas e saudades, homenagens ao varão — mestre dos mestres — que amou a sua terra, exaltou a sua gente, instruiu a juventude. Ele, pela dignidade e probidade impecáveis, pelo amor ao trabalho e ao estudo que deram autenticidade a sua vida luminosa, erigiu-se em fonte de inspiração, em símbolo perene para a gente cabocla.

Membro proeminente da cinquentenária Academia Amazonense de Letras, autoridade maçônica prestigiosa, membro da Sociedade Amazonense de Professores, Agnello Bittencourt tombou, aos 98 anos, com a grandeza de uma árvore imensa, dessas imensas e frondosas árvores da nossa terra, que na sua sobranceira buscam os céus e dominam a Planície, cumprindo com a missão generosa de ser sombra e dar frutos e de semear, pelos ventos, em todas as direções, o saber e a bondade. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os últimos acontecimentos em Portugal levam-nos a tecer considerações que refletem, direta ou indiretamente, angústias e apreensões. Podemos nós, por atitude consciente, tática política, constrangimento ou cerimônia, abstraímo-nos dos destinos lusitanos? Parece-nos que não. Daí o fato de, diariamente, frente ao noticiário vasto, partido de Lisboa, crescer em cada um de nós um mundo de preocupações.

É sabido que o Governo revolucionário português, depois de crises sucessivas, recuos e avanços, experiências de nomes e de fórmulas, algumas extravagantes, outras contraditórias pela sua própria natureza, chegou à forma primitiva do triunvirato. Parece ter sido esta a única maneira de, em certo momento, conciliar as correntes desavindas vizinhas de um choque de consequências imprevisíveis.

Relembremos, para melhor aferirmos a posição portuguesa, desta hora, episódios de ano e meio atrás, mas tornados históricos, tal a vertiginosa sucessão de acontecimentos na vida política de nosso país-irmão.

Tudo começou na África. Durante mais de 10 anos, o sorvedouro de gerações portuguesas trabalhou a cabeça de seus melhores soldados. Dominada pelo salazarismo, a Metrópole não se apercebeu de um processo de transformação (ou de evolução) de sentimento político, formado lentamente sob o calor, a solidão e a luta na "brousse" africana. Somente com a publicação do livro "Portugal e o Futuro", do General Antônio de Spínola, pode-se contemplar a extensão e a profundidade de um processo revisionista que já então dominava as Forças Armadas de Portugal, sobretudo aquelas empenhadas na luta colonialista.

O livro de Spínola, hoje em dia ilustre exilado entre nós, vítima das contradições revolucionárias da sua terra, se constituiu num gri-

to de alerta. Mais do que uma simples publicação, um enunciado de idéias, ele se tornou — e assim passou a ser considerado — um Manifesto Político. O propósito do autor era o de, naquele dado momento, advertir os governantes da Metrópole para o "impasse" africano. Dizia Spínola que "Portugal vivia, sem dúvida, uma das horas mais graves, senão a mais grave, da sua História".

Retirado do comando da Guiné-Bissau, onde por anos participara das operações antiguerrilheiras, combatendo as forças do PAICG, chefiadas por Amílcar Cabral, Spínola chegou a Lisboa com a certeza de que era necessário torcer os rumos da política colonial de sua pátria. Para ele era importante a "Liberdade e a autodeterminação dos povos", e declarava, num gesto de ousadia, repetindo aliás outros ilustres militares de nossos dias, ser "impossível ganhar uma guerra de guerrilhas".

Nas entrelinhas de "Portugal e o Futuro" podia-se ler, de modo claro e indisfarçável, que o General Antônio de Spínola pedia uma mudança radical na grande estratégia nacional. Ele não desejava Portugal longe da África, ao contrário, queria-o um "país cada vez mais africano". Todo um replanejamento, para o fortalecimento do seu poder nacional, se podia ler no livro do General.

O fato é recente, mas vale ser lembrado. O salazarismo, sustentado, alimentado e continuado pelo Presidente do Conselho de Estado, Marcelo Caetano, também exilado entre nós, à sombra do patriarcalismo, do Almirante Américo Tomaz, ruíu ao primeiro impacto da leitura de "Portugal e o Futuro".

Depois de incidentes de pequena monta em quartéis e acampamentos, como a marcha no dia 19 de março dos capitães de Caldas da Rainha, na madrugada de 25 de abril do ano passado, a Rádio "Renascença", de propriedade do Patriarcado de Lisboa, hoje estatizada por força da ação dos comunistas, lançou no ar o sinal esperado, transmitindo a canção "Grândola, Vila Morena". O regime vigente desde 1928 não suportou os acordes da canção.

A figura do ex-Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, General Antônio de Spínola emergiu da confusão da primeira hora como o homem de maior prestígio na tropa e de maior projeção no conturbado cenário português.

Quarenta e oito anos de ditadura, um imenso e interminável túnel, do qual não se vislumbrava a menor réstia de luz, não pode ser vencido assim tão de repente e sem conseqüências. As forças democráticas que nunca deixaram de conspirar subterraneamente, vergastadas pela PIDE, refluíram para as ruas, depois de tantos anos. Dos mais remotos lugares da Europa e do Brasil, dos Estados Unidos e até mesmo da África atormentada, chegaram os exilados das mais diferentes tendências políticas. Por entre cravos vermelhos dava-se a festa de 1º de Maio de 1974, algo inédito na paisagem de Portugal, feriado jamais outrora comemorado.

O primeiro passo dos homens da Revolução de Abril foi no sentido de iniciar de modo acelerado o processo de descolonização do país. Não era mais possível, o próprio homem anônimo da Metrópole isso demonstrava nas ruas, prevalecer o regime implantado há mais de 400 anos e condenado mundialmente.

A Junta de Salvação Nacional, presidida pelo General Antônio de Spínola e composta do General Costa Gomes, do Capitão-de-Fragata Antônio Alba Rosa Coutinho, do Capitão-de-Mar-e-Guerra José Batista Pinheiro de Azevedo, do Brigadeiro Jaime Silverio Marques e do Coronel Carlos Galvão de Melo, lançou uma proclamação em que se lia o desejo de formar-se a curto prazo um novo governo provisório civil; a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte a ser eleita por sufrágio universal direto e secreto; a extinção de todos os organismos de repressão a serviço do governo deposto; entrega às Forças Armadas dos culpados de crimes contra a ordem política instaurada; anistia imediata de todos os presos políticos, à exceção dos culpados de delitos comuns; abolição da censura e exame prévio; além de medidas para o combate à corrupção e o saneamento e reorganização das unidades militares e policiais do antigo regime.

Logo se deu execução aos propósitos enunciados. O Gabinete se constituiu sob a chefia de Palma Carlos e de imediato, na sua organização, se destacou a figura do Secretário do Partido Socialista Português, Mário Soares, talvez hoje em dia o homem de maior projeção política no país, ostentando a envergadura de um estadista. A este coube, num curto espaço de tempo, primeiro, recolher dos países europeus o reconhecimento do novo governo português, segundo, iniciar o processo de descolonização.

Em menos de um ano Guiné-Bissau e Moçambique tinham alcançado o "estatus" de países independentes e soberanos. Mais recentemente, chegaram ao mesmo ponto as ilhas do arquipélago de Cabo Verde. A independência de Angola, prestes a ser atingida, por motivos supervenientes, alguns próprios da sua política doméstica, uma confrontação de diferentes movimentos de libertação, também já é coisa certa.

Chegamos aos limites do ano de 1974 com os primeiros sinais da existência de profundas crises no quadro político que se institucionalizara em Portugal, para um período de transição. O Gabinete de Palma Carlos, acusado pelos mais radicais de ter nomeado para a ONU o salazarista José Veiga Simão, não conseguiu vencer um trimestre. No dia 12 de julho do ano passado, o velho democrata se retirava da chefia do Gabinete e era no posto substituído pelo Coronel Vasco Gonçalves, hoje promovido a general.

Três meses apenas depois dos acordos da canção "Grândola, Vila Morena" ter anunciado a queda do salazarismo, verificava-se a primeira e substancial mudança nas estruturas do regime de transição, que era, na realidade, o Governo da Revolução, aspirando a normalização, a constitucionalização e a sua legitimidade.

Logo se viu que as forças de esquerda, comandadas superiormente pelo Secretário-Geral do Partido Comunista, Álvaro Cunhal, se apoderavam da maior fatia do bolo do poder português. E desde então surgiram sob o céu da invencível cidade do Porto e nas ruas históricas de Lisboa, os primeiros sinais de reação ao processo de comunização da Revolução.

Uma tentativa popular de manifestar-se solidária ao General Antônio de Spínola, levada a efeito a 29 de setembro, resultou numa violenta reação dos setores esquerdistas do Gabinete Vasco Gonçalves. O velho guerreiro africano, cujo livro "Portugal e o Futuro" tinha aberto a picada na selva salazarista pela qual enveredara o movimento de libertação política do país, foi jogado fora da Presidência da República. No seu lugar colocaram o seu companheiro de jogo conspiratório, o General Costa Gomes. Foi o começo da confrontação das forças democráticas com as esquerdas minoritárias, porém agressivas e atuantes.

Prestes a organizar-se o quinto Gabinete, antes de completar ano e meio de Revolução, o quadro português apresenta-se-nos desalentador. A suposta insurreição de 11 de março deste ano, que resultou no exílio do General Spínola, abriu caminho para a supremacia das forças de esquerda, amparadas pelo Movimento das Forças Armadas. Na última crise ministerial, aos estímulos da Oposição de socialistas e popular-democratas contra a entrega do jornal **República** a um grupo de operários do PCP, os últimos civis abandonaram o Governo. Os desencontros e os descontentamentos dos não comunistas tinham suas raízes na certeza de que o "Premier" Vasco Gonçalves parainfava um plano de ação do Partido Comunista de Álvaro Cunhal. A unificação dos sindicatos, no vocabulário português chamado de "Unidade Sindical", foi o ponto de partida dessa fase revolucionária. A força das declarações peremptórias do General Otelo Saraiva de Carvalho, chefe da COPCON (Comando Operacional do Continente), órgão do regime, e Governador militar de Lisboa, os comunistas emergiram como minoria dominante. Organizaram-se os comitês de bairros. As assembleias populares proliferaram. Perdeu-se o senso da ordem hierárquica, tanto na administração civil como na militar. Afinal de contas, a grande surpresa estava na verificação que os comunistas portugueses nada mais faziam que executar o Plano Ponamarev, do chefe do "bureau" russo para os PC

do mundo, denunciado pela revista **Quotidien de Paris**, no mesmo dia em que editava uma edição do jornal **República**.

Chegamos, por fim, em Portugal, à mais primitiva forma de ditadura: o triunvirato militar. Não é mais uma Junta de Salvação Nacional, como aconteceu em abril de 1974. Agora, trata-se de uma tentativa de conciliar o esquerdismo radical do General Otelo Saraiva com a moderação do esquerdista Vasco Gonçalves e o comunismo do Presidente Costa Gomes.

Do ponto de vista continental, marchando deliberadamente para a esquerda, mais precisamente para o comunismo de Álvaro Cunhal, os portugueses contemplam um lento mas seguro processo de deteriorização do seu relacionamento com a maioria dos países europeus, sobretudo com aqueles de Governos socialistas, como o da Inglaterra, o da Alemanha e os escandinavos. No plano econômico e financeiro, mostram as estatísticas que a situação está atingindo um ponto crítico, sendo iminente o colapso de suas finanças. Até mesmo as remessas dos dólares dos emigrados para trabalhar nas fábricas da Alemanha e da França, dos seus residentes no Brasil, na Venezuela e nos Estados Unidos, estancaram. E eles montavam a um bilhão de dólares por ano. Procurando a diversificação do seu relacionamento internacional, tentando uma aproximação com o bloco socialista e cultivando as repúblicas africanas, negras e árabes, os governantes portugueses não conseguiram ainda desviar a caravela do Estado de uma tenebrosa tempestade que se aproxima.

As nacionalizações, as estatizações, as desapropriações geraram os protestos na região do Norte. As sedes dos Partidos Comunistas são assaltadas e depredadas. Entre o Governo militar de Costa Gomes e o povo português parece abrir-se um abismo. A Nação se aproxima do seu ponto de convulsão e o temor generalizado é o de que a solução para o caos já presente seja o de empapá-lo com o sangue generoso dos nossos irmãos de além-mar.

Nós brasileiros, diante das ameaças do General Otelo Saraiva, recém-chegado de Cuba, devemos nos voltar com toda a atenção para o leste e procurar antever o que acontecerá ao país das nossas origens.

Mesmo antes do início da Revolução, vivíamos sob o peso de uma tensa expectativa. O nosso relacionamento especial com Portugal, privava-nos da África Negra. Somente com a abertura dos arquivos secretos do Itamarati ou com o depoimento dos nossos últimos Chanceleres é que se poderá conhecer em toda sua extensão o drama vivido por nós, anticolonialistas históricos, numa posição de ambigüidade política, inclusive na Assembleia da ONU. Agora, o momento é outro e como os socialistas franceses, ingleses e alemães, paradoxalmente, os comunistas italianos e espanhóis, Enrico Berlinguer e Santiago de Carrillo, tememos acontecer o pior a Portugal, tal é o seu desencontro com a Europa, o seu desajustamento com os países do Atlântico e a incerteza do seu futuro.

Da Assembleia Constituinte, eleita a 25 de abril último, onde a maioria maciça do povo português projetou a sua imagem democrática, não se diz uma palavra. Nela, os comunistas, que são apenas 12,3%, comandam o seu estrangulamento. A palavra de Vasco Gonçalves, jurando, quando se empossou na chefia do Gabinete, que os verdadeiros poderes da República emergiriam do seio do povo, foi esquecida. A promessa do pluralismo da representação política esbarra em obstáculos intransponíveis. A censura à imprensa faz com que alguns jornalistas sintam nostalgia dos tempos do malsinado salazarismo. A "Plaza" de Campo Pequeno já foi escolhida por Otelo Saraiva de Carvalho para abrigar os presos, que os antigos cárceres da PIDE não mais comportam. E este mesmo triunvíro, desembarcando de Cuba, ameaça com o "paredón" aqueles desavindos da traição às urnas. Os socialistas e os popular-democratas, mais de 66% da Assembleia Constituinte, procuram, nas ruas de Lisboa, nas praças do Porto, no Aveiro, nas vilas e nos povoados, gritar os seus protestos para serem ouvidos pelo mundo.

Esta, em linhas gerais, a situação de Portugal de hoje, ameaçado pelas divergências internas, dominado por uma minoria sem nenhuma representatividade, à beira de uma guerra civil. Temos razões,

nós brasileiros, para nos preocuparmos. Afinal, somos filhos de uma mesma nação.

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Roberto Saturnino (Rio de Janeiro) — Apenas para cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa do pronunciamento que faz nesta tarde e lamentar que seja um fim de tarde com poucos Senadores presentes, porque, realmente, o assunto que V. Ex^a levanta é da mais alta importância para o mundo e, em particular, para o nosso País e para a causa democrática. Não há de ser argumentos de que se deve evitar a intromissão em negócios particulares de outros países que nos devem levar ao alheamento ao que se passa em Portugal. O que se passa naquele país diz respeito a situações que nos interessam de perto pelas origens e pelos laços culturais inúmeros que vinculam o Brasil à nossa matriz histórica, que é Portugal. Não vemos por que o Brasil não passou em Portugal, à semelhança do que estão tomando outros países da Europa, como referiu V. Ex^a, a Inglaterra, a França, agora a Suécia com maior ênfase, ao que parece, segundo notícias nos jornais. Achromos que realmente o Brasil tem possibilidade de influir e não deve perder esta oportunidade de levar a público, ao mundo, algumas definições que nos dizem respeito, particularmente pelo interesse que temos na sobrevivência do regime democrático em Portugal.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Sr. Senador Roberto Saturnino, o aparte de V. Ex^a não só valoriza o meu discurso como dá a ele uma excepcional substância. V. Ex^a, mais uma vez, demonstra a esta Casa o seu equilíbrio, a sua formação de democrata. E, sobretudo, traz V. Ex^a a demonstração da unidade do pensamento político do País e do povo brasileiro a respeito da situação portuguesa. V. Ex^a presta um grande serviço à causa da democracia. E mais do que isso, V. Ex^a numa sintonia perfeita com as aspirações do povo brasileiro adiantou as últimas palavras do meu discurso, que são justamente no sentido de dizer que as relações especiais que temos com Portugal não podem mais nos deixar estáticos diante do que acontece naquele País. Não podemos assistir, absolutamente, de braços cruzados, à comunização de Portugal, à destruição dos seus valores democráticos. Como brasileiros, com uma Pátria comum, com relações especiais que sempre tivemos com o povo português, agora tenhamos também essa posição enérgica e corajosa de dizer que o povo brasileiro, o Brasil inteiro não pode assistir sem um protesto àquilo que acontece atualmente em Portugal! (Palmas.)

Esta, em linhas gerais, a situação de Portugal de hoje, ameaçado pelas divergências internas, dominado por uma minoria sem nenhuma representatividade, à beira de uma guerra-civil. Temos razões, nós brasileiros, para nos preocuparmos. Afinal, somos filhos de uma mesma nação.

A nossa pergunta é somente uma: podemos nós brasileiros, de braços cruzados e impassíveis assistir a tragédia do povo português? Não, Senhor Presidente, o Brasil não pode mais ficar a espera de que aconteça o milagre. É preciso que o governo português saiba que o povo brasileiro protesta, não aceita esse tipo de dominação, de liquidação de nossas tradições, de colocação de Portugal ao lado do Partido Comunista, contra a vontade do seu povo. Evidentemente o Brasil tem uma tradição de não intervenção nos negócios internos de outros países. Mas, em relação a Portugal as nossas relações sempre foram especiais. Relações de pátria comum.

A pergunta que os extremistas portugueses fazem de que o Brasil ficou estático diante do regime salazarista, também se aplica aos atuais detentores do poder em Portugal. Onde eles estavam àquele tempo senão servindo ao governo Salazar? Os que estavam no exílio, como Mário Soares, estão a caminho dele. Nós, na medida do possível, afirmamos a nossa posição contrária a qualquer ditadura.

A verdade é que os comunistas mais uma vez demonstram sua impossibilidade de conviver democraticamente, de aceitar o regime das liberdades públicas e o governo da maioria. Eles só aceitam a capitulação total, o aniquilamento absoluto daqueles que divergem dos seus métodos.

O novo "paredón" da Praça de Touros não pode ser criado com o nosso silêncio. Em Portugal temos interesses profundos de sangue, de raça, de patrimônio de brasileiros. Os comunistas portugueses não podem desconhecer que o povo do Brasil não pode aceitar com simpatia essa conduta. É esse o nosso grito, é esse o nosso apelo, e o nosso protesto. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura das Mensagens nºs 50 e 52-CN, de 1975.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1974 (nº 1.463-B/73, na Casa de origem), que institui a "anotação de responsabilidade técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs. 116 e 117, de 1975, das Comissões:

— de **Legislação Social**, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CLS; e

— de **Finanças**, favorável ao projeto e contrário à emenda apresentada pela Comissão de Legislação Social, dependendo da votação do Requerimento nº 320, de 1975, de adiamento da discussão.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 268, de 1975, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que solicita a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1974, de sua autoria, que altera a redação do artigo 663 da Consolidação das Leis do Trabalho.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 275, de 1975, de autoria do Senhor Senador Itamar Franco, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do texto publicado em **A Província do Pará**, do dia 22 de junho de 1975, sob o título "Jornalistas de Juiz de Fora têm Nova Sede e fazem Festa a Renato Dias Filho".

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1975 (nº 124-B/75, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) a doar área de terra à Prefeitura Municipal de João Pessoa — Paraíba, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs. 249 e 250, das Comissões:

— de **Transportes, Comunicações e Obras Públicas**; e

— de **Finanças**.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1975 (nº 3-B/75, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, firmada entre a

República Federativa do Brasil e o Estado Espanhol, em Brasília, a 14 de novembro de 1974, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs. 262, 263 e 264, de 1975, das Comissões:

- de Relações Exteriores;
- de Economia; e
- de Finanças.

Projeto em Fase de Recebimento de Emendas na Comissão de Constituição e Justiça:

PLC/55/75 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral — Órgãos Regionais do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 4.493.500,00 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e três mil e quinhentos cruzeiros) para o fim que especifica. (De iniciativa do Senhor Presidente da República.)

Prazo: até 12-8-75.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão, às 18 horas e 25 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*) RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS DE 1º A 30 DE JUNHO DE 1975

(Art. 293, inciso II, do Regimento Interno)

PROJETOS REJEITADOS E ENVIADOS AO ARQUIVO:

Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1974 — Senador Ruy Carneiro — Institui o Auxílio-Educação e dá outras providências - Sessão: 4-6-75.

Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1974 — Senador Nelson Carneiro — Trata igualmente os aposentados antes e depois da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973 — Sessão: 6-6-75

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1975 — Senador Nelson Carneiro — Restabelece o critério de contagem em dobro de tempo de licença-prêmio para aposentadoria pelo INPS, alterando a redação do § 9º do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973 — Sessão: 11-6-75.

Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1975 — Senador Vasconcelos Torres — Dispõe sobre royalties devidos a Estados e Territórios, pela exploração do petróleo — Sessão: 18-6-75

Projeto de Lei do Senado nº 149, de 1974 — Senador Vasconcelos Torres — Estabelece placa especial para viaturas de médicos — Sessão: 20-6-75

Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1974 — Senador Vasconcelos Torres — Fixa limite para investidura em cargo de Ministro nos Tribunais Superiores da União, e dá outras providências — Sessão: 23-6-75

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1974 — Senador Nelson Carneiro — Suprime o § 3º do art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências — Sessão: 25-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1974 — nº 1-C/71 Complementar — Que dispõe sobre o processo de elaboração Legislativa, as normas técnicas para numeração, alteração e controle das Leis, e dá outras providências — Sessão: 26-6-75

PROJETOS REJEITADOS E ENVIADOS AO ARQUIVO NOS TERMOS DO ART. 278 DO REGIMENTO INTERNO:

Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1973 — Senador Nelson Carneiro — Regulamenta o reconhecimento de teses, teorias, pesquisas ou descobertas científicas no campo da cancerologia e das doenças transmissíveis, hereditárias, contagiosas ou tidas como incuráveis — Sessão: 10-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1975 — nº 914-B/72, na origem — Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social — Sessão: 17-6-75

PROJETO DECLARADO PREJUDICADO E ENVIADO AO ARQUIVO:

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1974 — Senador Nelson Carneiro — Altera a redação do art. 72 do Código Penal. — Sessão: 13-6-75

PROJETOS ENVIADOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1974 — Senador Nelson Carneiro — Altera a legislação da Previdência Social, e dá outras providências — Sessão: 2-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1974 (Emendas do Senado) — nº 1.943-B/68, na origem — Modifica o Decreto-lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre os depósitos bancários do SESI, SESC, SENAI, SENAC e das entidades sindicais", e dá outras providências. — Sessão: 13-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1975 (Emendas do Senado) — nº 98-B/75, na origem — Dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria — Sessão: 25-6-75

PROJETOS ENVIADOS À SANÇÃO

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1975 — nº 4-B/75, na origem — Revogando a Lei nº 602, de 28 de dezembro de 1948, que dispõe sobre o julgamento de aptidão para o oficialato dos alunos do curso prévio e dos 1º e 2º anos do curso superior da Escola Naval — Sessão: 12-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1975 — nº 168-B/75, na origem — Reduz os prazos de prescrição para os criminosos primários e de bons antecedentes — Sessão: 13-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1974 — nº 1.905-B/72, na origem — Altera a redação do item III do art. 6º da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que "Regula o exercício da odontologia" — Sessão: 18-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1975 — nº 3-B/75, na origem — retifica a Lei nº 6.142, de 28 de novembro de 1974, a fim de corrigir omissão nos níveis de classificação dos cargos do Grupo-Serviços de Transporte Oficial e Portaria do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região — Sessão: 20-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1975 — nº 7-B/75, na origem — Autoriza a Cruz Vermelha Brasileira a dar destinação diversa ao imóvel que lhes foi doado — Sessão: 23-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1975 — nº 380-B/75, na origem — Introduce alterações no artigo 28 e no item II do artigo 55 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos) — Sessão: 23-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1975 — nº 98-B/75, na origem — Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Saúde — Sessão: 24-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1975, de iniciativa do Senhor Presidente da República, — que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — a doar o imóvel que menciona — Sessão: 26-6-75 (extraordinária).

Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1972 — 1.733-B/73, na Câmara dos Deputados — Dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências — Sessão: 27-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1974 — nº 1.207-B/73, na Câmara dos Deputados — Estabelece área de atuação da SUDENE — Sessão: 27-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1975 — nº 1.114-C/73, na origem — Altera a denominação da atividade de Técnico de Administração, e dá outras providências — Sessão: 28-6-75

(*) Republicada por haver saído com incorreções no DCN — Seção II — de 1º-7-75.

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1975 — nº 1.360-C/73, na origem — Dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução obrigatória de planos de proteção ao solo e combate à erosão — Sessão: 28-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1975 — nº 99-B/75, na origem — Dispõe sobre a reversão de pensão do Montepio Civil, e dá outras providências — Sessão: 30-6-75

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1975 — nº 272-B/75, na origem — Autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa pública denominada Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL, e dá outras providências — Sessão: 30-6-75

PROJETOS ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

Projeto de Resolução nº 2, de 1975 — Petrônio Portella e Franco Montoro — Dá nova redação ao **caput** do art. 93 do Regimento Interno — Sessão: 11-6-75

Projeto de Resolução nº 20, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Buriatama (SP) eleve em Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) o limite de sua dívida consolidada — Sessão: 11-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 21, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Bebedouro (SP) eleve, em Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), o limite de sua dívida consolidada — Sessão: 11-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 22, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Fernandópolis (SP) eleve em Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 11-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 29, de 1975 — Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar operação de empréstimo no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares americanos), a ser utilizado na construção da linha Leste-Oeste (Lapa-Itaquera) da Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ) — Sessão: 18-6-75

Projeto de Resolução nº 23, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Clementina (SP) eleve em Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 19-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 24, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense (SP) eleve, em Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 19-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 25, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (SP) eleve, em Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 19-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 26, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) eleve em Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 21-6-75.

Projeto de Resolução nº 27, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Piacatu (SP) eleve em Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) o limite de sua dívida consolidada — Sessão: 21-6-75

Projeto de Resolução nº 28, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Itirapuã (SP) eleve em Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 21-6-75

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1975 — nº 2-B/75, na Câmara dos Deputados — Aprova o texto da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em perigo de extinção, firmado em Washington, a 3 de março de 1973 — Sessão: 23-6-75

Projeto de Resolução nº 30, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo eleve em Cr\$ 927.608.000,00 (novecentos e vinte e sete milhões, seiscentos e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 24-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 31, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Sananduva (RS) eleve em Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 24-6-75 (extraordinária).

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1975 — nº 6-B/75, na Câmara dos Deputados — Aprova o texto da Convenção Universal sobre o Direito do Autor, revista em Paris, a 24 de julho de 1971, firmada pelo Brasil por ocasião da Conferência Diplomática de Revisão da Convenção Universal sobre o Direito do Autor, realizada naquela cidade, de 5 a 24 de julho de 1971 — Sessão: 26-6-75 (extraordinária).

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1975 — nº 1-B/75, na Câmara dos Deputados — que aprova decisão do Presidente da República, que ordenou a execução do ato que concedeu reajustamento de proventos ao servidor aposentado Darcy dos Santos Ribeiro, Tesoureiro-Auxiliar do Quadro de Pessoal da Marinha — Sessão: 27-6-75

Projeto de Resolução nº 40, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo eleve em Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1975 — nº 11-B/75, na Câmara dos Deputados — Aprova o texto da tradução do protocolo para a continuação em vigor do Convênio Internacional do Café de 1968, prorrogado, aprovado pelo Conselho da Organização Internacional do Café, mediante a Resolução nº 273, de 26 de setembro de 1974 — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1975 — nº 14-B/75, na Câmara dos Deputados — Aprova o texto do Tratado da Antártida, assinado em Washington, em 1º de dezembro de 1959, e a adesão ao referido ato jurídico internacional — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 33, de 1975 — Comissão de Constituição e Justiça — Suspende a execução do artigo 119 da Constituição do Estado do Amazonas, declarado inconstitucional por decisão do Supremo Tribunal Federal, de 27 de fevereiro de 1975 — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1975 — nº 8-B/75, na Câmara dos Deputados — Aprova o texto do **Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica**, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República de Gana, em Acra, em 7 de novembro de 1974 — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1975 — nº 9-B/75, na Câmara dos Deputados — aprova o texto da Convenção para a Proteção dos Produtores de Fonogramas contra a reprodução não autorizada de seus fonogramas, aprovada a 29 de outubro de 1971 — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1975 — nº 12-B/75, na Câmara dos Deputados — Aprova o texto do protocolo de prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo de 1971, aprovado pela Conferência de Governos, realizada no Conselho Internacional do Trigo, a 14 de fevereiro de 1975 — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 41, de 1975 — Comissão de Legislação Social — Autoriza o Governo do Estado do Piauí a alienar à Companhia de Desenvolvimento do Piauí — COMDEPI, cinco áreas de terras públicas do Estado do Piauí, localizadas nas regiões nordeste, centro e sul do território estadual. — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 35, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Rio das Pedras (SP) eleve em Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 36, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, para

permitir que a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul (SC) eleve em Cr\$ 552.500,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 37, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Itajaí (SP) eleve em Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 38, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Votuporanga (SP) eleve, em Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 39, de 1975 — Comissão de Economia — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972 e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Pirapozinho (SP) eleve em Cr\$ 1.050.000,00 (hum milhão e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada — Sessão: 28-6-75 (extraordinária).

Matéria Arquivada:

Ofício nº 3, de 1971 - ofício GP/850, de 1970, na origem — Do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, encaminhando as prestações de contas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, NOVACAP, referentes aos exercícios de 1956 a 1959 — Sessão: 25-6-75

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DIRETORA

12ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1975

Sob a presidência do Senhor Senador Magalhães Pinto, Presidente, presentes os Senhores Senador Wilson Gonçalves, Primeiro-Vice-Presidente, Senador Benjamim Farah, Segundo-Vice-Presidente, Senador Dinarte Mariz, Primeiro-Secretário, Senador Marcos Freire, Segundo-Secretário, Senador Lourival Baptista, Terceiro-Secretário e Senador Lenoir Vargas, Quarto-Secretário, às 11:00 horas, reúne-se a Comissão Diretora.

O Senhor Primeiro-Secretário lê a Ata da Reunião anterior que, em seguida, é aprovada sem debates.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Primeiro-Secretário emite parecer favorável à proposta relativa à aquisição de novos veículos, bem assim à alienação dos considerados inservíveis para o Senado Federal.

Sem votos discordantes, a Comissão aprova o parecer nos termos da proposta apresentada.

Com a palavra, o Senhor Quarto-Secretário emite parecer contrário ao Projeto de Resolução nº 14, de 1975, que altera os Arts. 68 e 69 do Regimento Interno do Senado Federal.

Acompanhando o entendimento do Relator, a Comissão rejeita o Projeto de Resolução, sem votos em contrário.

Nada mais havendo a tratar, às 12:30 horas, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, lavrando eu, Dinarte Mariz, Primeiro-Secretário, designado para secretariar a Reunião, a presente Ata, que, em seguida, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 27 de junho de 1975. — **Magalhães Pinto**, Presidente.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 46, de 1975 (CN), do Senhor Presidente da República, que submete à aprovação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-Lei nº 1.403, de 23 de maio de 1975, que "isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados as importações de componentes destinados ao Programa de Construção Naval e Plano Diretor da Reparação Naval".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1975

Às onze horas do dia dezoito de junho do ano de mil novecentos e setenta e cinco, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Alexandre Costa, Tectônio Vilela, Gustavo Capanema, Benedito Ferreira, Mendes Canale, Evelásio Vieira e Lázaro Barboza e os Senhores Deputados Alexandre Machado, Angelino Rosa, Minoru Miyamoto, Valdomiro Gonçalves, Aurélio Campos, Nabor Júnior e Mário Alves Moreira, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem nº 46, de 1975 (CN), que "isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados as importações de componentes destinados ao Programa de Construção Naval e Plano Diretor de Reparação Naval".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Esteves, Paulo Guerra, Mattos Leão e Evandro Carreira, e os Senhores Deputados Siqueira Campos, Manoel Novaes, Ernesto de Marco e Gomes Amaral.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente Deputado Aurélio Campos passa a Presidência ao Vice-Presidente, Deputado Alexandre Machado que concede a palavra ao Senhor Senador Alexandre Costa, Relator da Matéria, que emite parecer favorável à Mensagem

nº 46, de 1975 (CN), nos termos do Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

1º Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

2º-Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

Suplentes de Secretários:

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carreira

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quéricia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares

1. Vasconcelos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálio Coelho
5. Mendes Canale

Suplentes

1. Altevir Leal
2. Otair Becker
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia
1. Adalberto Sena
2. Amaral Peixoto

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Cattete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Osires Teixeira
5. José Esteves

ARENA

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Carreira

1. Evelásio Vieira
2. Glivan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho

1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema

2º-Vice-Presidente: Paulo Brossard

Titulares

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Helvídio Nunes
5. Itálio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Orlando Zancaner

ARENA

Suplentes

1. Mattos Leão
2. Henrique de La Rocque
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares**ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

Suplentes

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Wilson Campos
5. Virgílio Távora

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares**ARENA**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Wilson Campos
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quércia
3. Roberto Saturnino

Suplentes

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares**ARENA**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard

Suplentes

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares**ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. Wilson Campos
3. José Guimard
4. José Sarney
5. Heitor Dias
6. Cattete Pinheiro
7. Osires Teixeira

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

ARENA

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

ARENA

Suplentes

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Orlando Zancaner

ARENA

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quéricia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Luiz Viana
2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

ARENA

Suplentes

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco
Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Alveir Leal

ARENA

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. Wilson Campos
3. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Carreira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

ARENA

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

Suplentes

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Orlando Zancaner

Titulares

ARENA

1. Augusto Franco
2. Orlando Zancaner
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

Suplentes

1. Mattos Leão
2. Gustavo Caponeza
3. Alexandre Costa

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

ARENA

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

Suplentes

1. Orlando Zancaner
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: José Washington Chaves — Ramal 762;
Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Marília de Carvalho
Brício — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

SENADO FEDERAL**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES****HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1975**

HORAS	TERÇA	SALA	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTE
10:00	C.A./R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LÊDA	09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTE		C.E.C.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:00	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.S.P.C.	COELHO RODRIGUES Ramal-613	CLÁUDIO LACERDA
10:30	C.A.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	MAURO	10:30	C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINÍCIUS
11:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM		C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MAURO
11:30	C.S.N.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LÊDA		C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLÁUDIO LACERDA
				11:00	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
					C.T.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CÂNDIDO